

## DA GUINÉ-BISSAU A PORTUGAL: LUSO-GUINEENSES E IMIGRANTES

*Fernando Luís Machado*

**Resumo** Tendo como referência o quadro migratório da sociedade de partida, analisam-se primeiramente factores, tempos e volume da migração da Guiné-Bissau para Portugal nos seus dois segmentos distintos: imigrantes propriamente ditos e guineenses de nacionalidade portuguesa ou luso-guineenses. Para uns e outros, traçam-se depois os percursos e estratégias migratórias, caracterizam-se as origens e condições de classe antes da vinda e ainda as auto-identificações étnicas, donde ressalta o carácter socialmente selectivo dessa migração.

**Palavras-chave** luso-guineenses; imigrantes; percursos migratórios; perfis sociais; auto-identificações étnicas

### **Quadro migratório na Guiné-Bissau: antecedentes e migração para Portugal**

Sem a expressão da emigração cabo-verdiana, caso em que se pode falar de verdadeira diáspora (Saint-Maurice, 1994: 105-114), a emigração intercontinental a partir da Guiné-Bissau, sobretudo no Norte do país, tem, no entanto, alguma tradição. O fluxo em direcção a Portugal, particularmente intenso entre meados dos anos 80 e meados dos anos 90, não é, com efeito, a primeira experiência de migração europeia dos guineenses.

Apesar da escassez de estudos sobre essa tradição migratória, sabe-se que, em diferentes momentos deste século, houve emigração de manjacos e, em menor grau, de mancanhas, para França (Hochet, 1983; Galli e Jones, 1987). Manjacos e Mancanhas são etnias animistas do Norte da Guiné, localizadas, portanto, na zona fronteiriça com o Senegal, e a sua chegada a França, mais que resultado de movimentos directos, é frequentemente mediada por passagens preparatórias por Dacar, a capital senegalesa. Trata-se de uma emigração que vem pelo menos dos anos 30 e em que uma das vias utilizadas para chegar aos destinos desejados era o ingresso na marinha mercante. Geralmente masculina, em tempos mais recentes cada vez mais mulheres acompanham os maridos na deslocação até Dacar, ou mesmo até França (Hochet, 1983: 111).

A tradição migratória manjaca e mancanha encontra plena continuidade no facto de os elementos dessas origens étnicas serem justamente dos mais representados entre os guineenses residentes em Portugal, como veremos adiante. De qualquer modo, deve dizer-se, em termos de antecedentes migratórios, que a emigração de manjacos e mancanhas, ou de quaisquer outras etnias, para França nunca atingiu valores tão elevados como a presente migração para Portugal.

Onde estiveram e continuam a estar envolvidos contingentes populacionais muito numerosos é na rede densa e pluriétnica de fluxos migratórios que sempre

tem ligado o Norte e o Leste da Guiné-Bissau aos países vizinhos, nomeadamente o Senegal, mas também a Gâmbia, rede de que a emigração para França é, pode dizer-se, um subproduto de alcance maior, mas de dimensão relativamente reduzida.

A emigração é, com efeito, uma componente central da economia rural guineense. Qualquer que seja a pertença étnica das populações, a análise do rendimento das explorações agrícolas deixa clara a necessidade da emigração, seja devido à pressão fundiária, nomeadamente na zona manjaca, seja pela necessidade “de um mínimo de rendimentos monetários não encontráveis na Guiné-Bissau” (Hochet, 1983: 106). Em 1980, as únicas regiões do país ainda não tocadas pela emigração eram a de Tombali, no Sul, onde a organização social e os trabalhos agrícolas ligados ao arroz fixavam os jovens, e o arquipélago dos Bijagós.

Estudos dos anos 50 de António Carreira e Teixeira da Mota, dois nomes de referência dos estudos guineenses na época colonial, chamam a atenção para a antiguidade da emigração dos Manjacos e Mancanhas da zona de Cacheu, no Norte, para a região de Casamansa, no Senegal. Essa imigração intensifica-se a partir dos anos 20 e entre 1948-50, por exemplo, há registo oficial da saída, sobretudo para o Senegal e para a Gâmbia, de cerca de 5000 manjacos por ano, valor esse que pecaria mesmo por defeito (estudos citados por Galli e Jones, 1987).<sup>1</sup>

As migrações nesta zona estão relacionadas, por um lado, com a longa tradição local de comércio transfronteiriço e, por outro lado, com os efeitos combinados da pressão demográfica e de certas medidas políticas da administração colonial.

Trata-se de uma área densamente povoada, onde o número de habitantes por quilómetro quadrado é bastante superior à média do país e onde a divisão desigual dos recursos e os impostos introduzidos pela administração portuguesa agravaram a pressão sobre a terra. Os que só possuíam pequenas parcelas arrendadas, além da renda tinham de pagar impostos às autoridades portuguesas e ainda de trabalhar para os “nobres” e as pessoas mais ricas, o que constituiu um elemento adicional a favorecer a emigração sazonal ou permanente. A imposição de chefes aliados da administração colonial aos líderes locais acabou por ter igualmente consequências ao nível da emigração. Alguns desses líderes locais começaram a emigrar para o Senegal, seguidos por uma massa de jovens camponeses. Pesquisas realizadas já no princípio dos anos 80 mostravam que, na região de Cacheu, cerca de 30% da população masculina entre os 15 e os 35 anos tinha emigrado (Galli e Jones, 1987: 42, 152-155).

Para além da emigração de longa duração de manjacos e mancanhas para Dacar e, em menor parte, para França, Hochet (1983) assinala outros tipos de fluxos de guineenses, geralmente temporários, em direcção aos países limítrofes.

Um é a migração de jovens operários agrícolas, das etnias mandinga, fula, manjaca e balanta, que partem, no fim da estação das chuvas, das regiões de Oio, Bafatá e Gabu em direcção às zonas de cultura de amendoim no Senegal. Outro é o dos homens, geralmente mais velhos que os anteriores, que vão trabalhar em artesanato e comércio no Senegal e na Gâmbia, sejam fulas e mandinga artesãos da madeira, cestaria e sapataria e também pequenos comerciantes ambulantes ou tecelões manjacos e papéis, que se instalam em Dacar e Ziguinchor durante a estação seca.

Neste tipo de migração temporária não agrícola incluem-se também os marabus (conhecidos na Guiné-Bissau por “mouros”), religiosos muçulmanos que trabalham como curandeiros e em práticas de adivinhação e magia, migração esta que se revela particularmente compensadora em termos económicos. Diga-se, a propósito, que a figura dos marabus também acompanha a migração guineense para Portugal. Os chamados “mouros” adoptam cá a designação de astrólogos e dirigem-se a um mercado alargado de clientes, que inclui principalmente guineenses, mas também portugueses e pessoas de outras origens.

Um quarto e último tipo de fluxo, mais recente, é a migração feminina. Para além das mulheres que seguem com os seus maridos ou companheiros para Dacar ou mesmo para a Europa, há emigração de jovens felupes ou balantas em direcção aos centros urbanos senegaleses para trabalharem como empregadas domésticas ou ainda de jovens fulas e mandingas, acompanhando os familiares que migram sazonalmente para esse país (Hochet, 1983: 107-111).

Sobre a situação actual destes fluxos tradicionais para o Senegal e a Gâmbia pouco se sabe. Os tipos de emigração sumariamente caracterizados atravessam, durante este século, a fase colonial e é provável que se prolonguem pelo período posterior à independência. Segundo Galli, o Estado pós-colonial, na medida em que não criou as condições para a expansão das actividades e do comércio agrícola, nem um abastecimento regular e fiável em termos de bens de produção e de consumo, empurrou os camponeses para o prosseguimento das estratégias de emigração (Galli, 1987: 54). Será por isso seguro afirmar que o Senegal continua a ser, de longe, o país onde está fixada a maior comunidade guineense no estrangeiro. No princípio dos anos 80, entre emigrantes e refugiados da guerra colonial não regressados, estimava-se em 78.000 o número de guineenses aí residentes (Galli, 1987: 112).

Relativamente à migração para Portugal, pode falar-se de dois processos, em boa parte desfasados no tempo, protagonizados por segmentos distintos da população guineense actualmente residente no país: os guineenses de nacionalidade portuguesa, aqui designados por luso-guineenses, e os imigrantes propriamente ditos, que constituem a larga maioria dessa população.

A chegada dos luso-guineenses ocorre, de forma mais concentrada, nos anos imediatamente posteriores à independência e até ao princípio da década de 80, à imagem do que aconteceu com a generalidade dos luso-africanos originários dos restantes PALOP. O fluxo de migração laboral só começa a tomar proporções consideráveis a partir de meados dessa década e é já nos anos 90 que se consolida.

Os tempos diferentes de vinda para Portugal não são, de resto, o único nem o principal aspecto a diferenciar luso-guineenses e guineenses imigrantes. A grande diferença reside no facto de os luso-guineenses, tal como acontece com os luso-africanos em geral, terem em Portugal uma condição social que contrasta bastante “para cima” com a dos imigrantes, diferença que decorre não só da posse de nacionalidade portuguesa, mas da origem social e do estatuto que uns e outros detinham já na sociedade de partida.

Enquanto migração intercontinental, concentrada num tempo relativamente curto, a migração dos anos 80 e 90 para Portugal não tem precedentes na história

da Guiné-Bissau, já que tudo indica que esse fluxo ultrapassa o da tradicional emigração manjaca e mancanha para França.<sup>2</sup> Por outro lado, a composição dos migrantes é também muito distinta. Se é verdade que há muitos manjacos e mancanhas entre os que vêm para Portugal, o que se destaca agora é que a migração abrange pessoas das mais variadas origens étnicas e pertencentes, em larga medida, aos sectores urbanos e escolarizados. Enquanto os que seguiam para França, via Senegal, eram de extracção rural e camponesa, na migração para Portugal destaca-se o recrutamento nas camadas médias de Bissau. Esse recrutamento não é obviamente exclusivo, mas é, como se verá, largamente maioritário.

Se a vinda dos luso-guineenses tem a ver, directa ou indirectamente, com o contexto particular de transição política da independência, a dos imigrantes ocorre num quadro mais amplo de repulsão migratória, característico de muitos países do Terceiro Mundo.

Com efeito, o combinado de factores demográficos, económicos, sociais, culturais e políticos que habitualmente se associa à pressão emigratória sul-norte (Postel-Vinay, 1992) faz-se sentir, mais numas dimensões que noutras, no contexto actual da Guiné-Bissau.

A questão demográfica é bem evidente. Entre os dois últimos momentos censitários, 1979 e 1991, a população guineense aumentou mais de 30%, passando de cerca de 770 000 para mais de um milhão de habitantes. A taxa de fecundidade era, em 1992, de 6,0 filhos por mulher e estava no escalão mais elevado dos países africanos e acima da generalidade dos países asiáticos. Paralelamente ao crescimento populacional, e em estreita articulação com o progressivo êxodo rural, o índice de urbanização elevou-se rapidamente. A cidade de Bissau vê a população duplicar nesse mesmo intervalo, subindo de cerca de 100.000 para mais de 200.000 pessoas e de 13% para 20% do total de residentes no país.

A situação de crise económica prolongada que se instalou poucos anos após a independência é outro factor estrutural que actua enquanto causa próxima da pressão migratória. O estado crítico da economia levou, em 1987, à adopção do chamado Plano de Ajustamento Estrutural, negociado pelo governo guineense com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Efeitos não desejados da aplicação desse plano tiveram como consequência o aumento galopante da inflação e novas acumulações de endividamento externo. Em Maio de 1992, a taxa de inflação, medida sobre os 12 meses precedentes, atingia 76% contra 30% no mesmo período do ano anterior, enquanto a dívida externa passou de 473 para mais de 600 milhões de dólares, entre 1987 e 1992 (Cardoso, 1994).

O impacto desse processo sobre os trabalhadores assalariados, grande parte dos quais funcionários públicos, foi fortemente negativo e multiplicaram-se as situações de salários em atraso. Para se ter uma ideia da perda do poder de compra dos salários, basta dizer que, numa greve decretada em 1993, os cinco sindicatos organizadores reivindicavam um salário mínimo mensal correspondente ao valor de 50 quilos de arroz (Fernandes, 1994). Já em 1997, com a adopção pela Guiné-Bissau da moeda vigente em vários outros países da África ocidental, o franco CFA (Comunidade Financeira Africana), registou-se nova subida do custo de vida, o que, aliado à permanência das situações de salários por pagar, gerou nova onda de descontentamento entre os funcionários e um surto de greves sem precedentes.

São as camadas médias urbanas, escolarizadas e assalariadas, mais que as populações camponesas ou os sectores envolvidos na economia informal, que sofrem directamente os efeitos da progressiva degradação da situação económica, aparentemente fora do controlo das autoridades governativas. Converge, nestas categorias sociais, um duplo condicionamento para a emigração. Por um lado, a dependência do salário, como fonte exclusiva ou principal de rendimento, deixa-as expostas a um processo rápido de pauperização (Cardoso, 1994); por outro lado, sendo portadoras de recursos escolares e sistemas de disposições mais progressivos, é entre elas que mais provavelmente se formulam projectos de emigração, tanto mais quanto vêm frustradas expectativas de promoção social ou, pelo menos, de conservação do estatuto socioeconómico conquistado, expectativas essas perfeitamente justificadas num país onde os níveis médios de escolaridade são muito baixos.

Vale a pena, neste ponto, destacar a relação entre escolarização e emigração nos países do Terceiro Mundo e nos africanos em particular. A forte aposta na escolarização iniciada após as independências e que se prolonga até à actualidade não surtiu os efeitos esperados em termos de desenvolvimento. Hoje está amplamente comprovado que não há correlação linear entre escolarização e desenvolvimento. Se sem a primeira o segundo é altamente improvável, também é verdade que programas de escolarização generalizada não se traduzem necessariamente em desenvolvimento sustentado, na ausência de condições de endogeneização económica e social dos recursos e competências assim gerados.

A inadaptação dos sistemas de ensino é um dos problemas diagnosticados. Estabelecidos em função de um quadro de necessidades característico dos países industrializados, formam um número de diplomados de elevadas qualificações que as economias não são capazes de absorver, acabando essa sobreprodução por ser aproveitada por países como os EUA, o Japão ou a Austrália. Entre 1985 e 1990, estima-se que o conjunto do continente africano perdeu 60.000 quadros intermédios e superiores (Postel-Vinay, 1992: 18).

Na Guiné-Bissau, apesar de a cobertura escolar permanecer largamente insuficiente, houve também no pós-independência um esforço considerável de escolarização, que permitiu a muitos jovens, sobretudo nos centros urbanos e em Bissau muito em particular, completar o ensino secundário. Num contexto em que os discursos políticos e os valores culturais valorizavam fortemente a educação, a motivação para o prosseguimento dos estudos é, regra geral, muito forte nesses meios.

Forma-se assim uma camada de população urbana jovem que frequenta ou completa o ensino secundário, interessada em prosseguir um trajecto escolar, mas que acaba por se confrontar com canais estreitos para realizar esse objectivo. A oferta de ensino superior no país é recente, limitada e cobre apenas um leque muito restrito de áreas, ao passo que as bolsas de estudo para o estrangeiro, apesar de numerosas, são sempre menos que os candidatos. A obtenção ou não dessas bolsas constitui, para muitos, uma verdadeira encruzilhada para vidas divergentes. Os que as conseguem poderão mais tarde regressar, ou permanecer no país onde estudaram, como profissionais científicos e técnicos; os não contemplados são

obrigados a dar por terminado o trajecto escolar, o que, na maioria dos casos, não corresponde aos projectos pessoais.

Por seu lado, o mercado de trabalho do país está obviamente longe de poder absorver toda essa geração de jovens escolarizados. A absorção torna-se tanto mais difícil quanto o Estado, principal empregador de trabalhadores qualificados, vive uma prolongada crise financeira, que o obriga a estancar contratações, quando não a reduzir pessoal. Enquanto aqueles que estão já empregados vêem o seu estatuto socioeconómico desvalorizar-se progressivamente, para os que vão saindo do sistema de ensino a entrada na função pública torna-se cada vez mais difícil. Se os licenciados em certos domínios podem, apesar disso, fazer-se valer de competências altamente especializadas e dificilmente dispensáveis (médicos, por exemplo), outros licenciados, bem como a massa dos diplomados do ensino secundário, encontram bloqueadas as vias para uma colocação profissional compatível com as suas competências e expectativas.

A emigração surge neste quadro como real alternativa de vida e é assim que se vai encontrar, entre os imigrantes guineense em Portugal, uma larga proporção de jovens com o ensino secundário completo ou com diplomas universitários.

A emigração guineense dos anos 80 e 90 resulta, portanto, da combinação dos factores de repulsão económicos e sociais apontados, num pano de fundo demográfico que é ele próprio, embora em termos apenas mediatos, favorável à saída de população.

A preferência por Portugal prende-se, desde logo, com a questão das afinidades culturais e linguísticas e a instrumentalidade que elas encerram do ponto de vista das estratégias migratórias. A grande maioria dos imigrantes domina facilmente a língua portuguesa, o que é um importante instrumento para a primeira inserção, especialmente em termos profissionais. Por outro lado, a formação na sociedade guineense de uma conjuntura favorável à emigração está em plena sincronia com a fase em que, na sociedade portuguesa, razões de ordem económica e política favorecem a entrada de imigrantes (Machado, 1997). Finalmente, a existência de alguns pequenos núcleos de luso-guineenses, mas também de imigrantes mais antigos, fixados já há alguns anos em Portugal e mantendo ligações à Guiné-Bissau, sobretudo em termos de relações familiares, facilitou a formação de redes sociais de acolhimento dos novos migrantes.

A migração da Guiné-Bissau para Portugal dos anos 80 e 90 está longe de constituir uma singularidade. Ela pode e deve ser colocada num contexto mais amplo, envolvendo o conjunto dos países da África ocidental. Mais que um caso isolado, a migração guineense insere-se naquilo que tem sido designado por “sistema migratório oeste-africano”. Segundo uma lógica de proximidade histórica e linguística, verifica-se que enquanto os migrantes cabo-verdianos e guineenses se dirigem preferencialmente para Portugal, os da Costa do Marfim, Benin, Mali e Togo rumam a França e os da Nigéria e Serra Leoa em direcção ao Reino Unido, deslocações nem sempre directas, já que incluem por vezes passagens por países terceiros quer em África, quer já no continente europeu (Robin, 1994).

A lógica das afinidades histórico-culturais entre países de partida e de destino não é obviamente exclusiva. Há também muitos percursos “cruzados”. Para além

da França (Vuddamalay, 1989), os trabalhos sobre imigração africana na Europa assinalam a presença de guineenses, ainda que escassa, também em Espanha ou na Holanda (Robin, 1994; Chrissantaki e Kuiper, 1994).

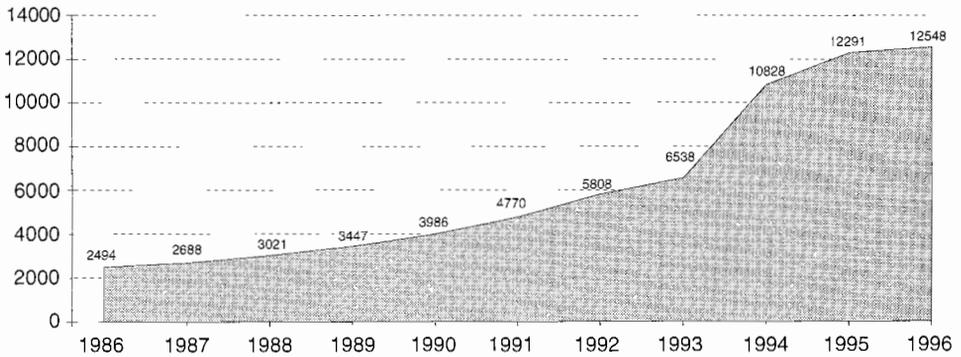
Mas uma indicação mais sólida nesse sentido vem dos dados do próprio Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal.<sup>3</sup> Não deixa de ser surpreendente que praticamente dois terços dos inquiridos afirmem ter familiares imigrados noutros países europeus. Desses, um quarto tem família em mais de um país, para além de Portugal. Tomando como universo o número total de referências a países, vê-se que quase metade das respostas diz respeito a residentes em França, confirmando-a assim como destino de uma emigração antiga e provavelmente também de algumas chegadas mais recentes. Num leque diversificado de países da União Europeia, Espanha, Reino Unido e Holanda também aparecem com valores consideráveis, sendo ainda de registar a referência a países europeus fora da União, nomeadamente Suíça e Rússia.

Estes dados, apesar de indirectos, abrem pistas interessantes para o estudo das tendências actuais da emigração guineense. Descontando os casos particulares em que esse familiares possam ser estudantes-bolseiros ou outras pessoas sem estatuto de imigrantes, o que estes dados sugerem é que, embora a vinda para Portugal seja o destino mais desejado, e também mais concretizável, parte dos que deixam a Guiné-Bissau terão, à partida, um horizonte de emigração mais amplo. Através de entrevistas mais aprofundadas com imigrantes guineenses foi possível saber, com efeito, que alguns tinham o projecto inicial de usar Portugal apenas como ponto de passagem, que outros formaram já cá a vontade de reemigrar para países terceiros e que outros ainda chegaram a passar períodos mais ou menos longos a trabalhar em Espanha, por exemplo. Neste contexto, seria interessante saber quantos desses familiares algures na Europa por cá passaram ou viveram previamente.

A intensidade da migração laboral da Guiné-Bissau para Portugal está patente no rápido crescimento anual do efectivo de cidadãos guineenses recenseados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entre 1986 e 1996 (figura 1).<sup>4</sup>

A imigração guineense é aquela que no período em análise mais cresce em termos relativos, passando os cidadãos da Guiné-Bissau do décimo para o quarto lugar da lista das populações estrangeiras mais numerosas (Machado, 1997). Antes de 1986, essa imigração tinha expressão quantitativa bastante reduzida. De acordo com o Recenseamento Geral da População de 1981, os cidadãos guineenses residentes em Portugal nesse ano eram apenas 1126, a mais pequena de todas as populações estrangeiras provenientes dos PALOP. De então para cá, houve não apenas aumento do volume, mas um trajecto de profunda recomposição socio-profissional desta população.

A análise da composição social dos imigrantes guineenses, em 1981, revela peso igual dos dois sexos, bastantes idosos e muitas crianças, relativamente poucos activos, número elevado de estudantes e uma estrutura de classes onde predominavam as camadas médias. Se de população imigrante se podia falar nessa data, então era uma imigração qualificada (Machado, 1991: 71-100). Hoje em dia, a composição social é totalmente diferente. Prevalece a população activa, masculina



**Figura 1** Imigrantes guineenses em Portugal, 1986 - 1996

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

e jovem, e a classe média é um sector diminuto dentro de uma minoria largamente proletarizada.

Relativamente ao sector luso-guineense, ele contrasta com o dos imigrantes tanto no volume de população como na respectiva composição. No período em análise, essa população mantém um perfil de classe média e uma estrutura demográfica equilibrada, até porque, de acordo ainda com as fontes censitárias, há apenas um ligeiro aumento de 3356 para 3607 indivíduos entre 1981 e 1991.<sup>5</sup> A diferença tão pequena de volume entre as duas datas é uma confirmação indirecta de que os luso-guineenses chegaram sobretudo na segunda metade dos anos 70, tanto mais que se deve também contar nesse diferencial os descendentes de luso-guineenses entretanto cá nascidos e ainda as pessoas que tenham obtido a nacionalidade portuguesa já depois de cá residirem há alguns anos.

O efectivo actual dos guineenses residentes em Portugal não é, no entanto, o que resulta da simples soma dos imigrantes e dos luso-guineenses recenseados oficialmente. Se do lado destes últimos, pelo seu próprio estatuto jurídico, não há razão para pensar que o seu número esteja subestimado, o mesmo já não se passa com os imigrantes. Apesar de os registos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras estarem hoje mais próximos da realidade do que alguma vez estiveram, o número de 12.548 imigrantes em 1996 peca ainda por defeito. A esse número há que juntar mais três parcelas.

Uma é a das pessoas recenseadas no segundo processo de regularização extraordinária, concluído no fim de 1996, e que por isso não estão ainda contabilizadas na figura 1. Segundo o SEF, foram aceites durante essa operação de recenseamento 5308 processos apresentados por cidadãos guineenses. Mesmo abstracto da possibilidade de uma parte desses pedidos ser rejeitada, só por aqui já há um adicional considerável, até porque muitos desses processos dizem respeito não a indivíduos isolados, mas a adultos e respectivos menores a seu cargo.

A segunda parcela é a que se reporta à correcção para cima do número oficial de crianças dos 0-14 anos. É mais que provável que esse número esteja subestimado

nos dados do SEF, já que parte das crianças de origem guineense nascidas em Portugal não são aí averbadas, mas apenas no Registo Civil. Isso mesmo se pode inferir da grande diferença existente entre os dados do SEF e do INE a este respeito. Enquanto os últimos números da composição etária disponibilizados pelo SEF, relativos a 1992, apontavam apenas para 3,3% de indivíduos nessa faixa etária, os Censos 91 contabilizavam 17,3%. Por seu turno, os números homólogos apurados pelo Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal rondam os 26%.<sup>6</sup>

Após a primeira regularização extraordinária, em 1993, esse desfasamento terá sido corrigido, mas mesmo assim só em parte. Os filhos entretanto nascidos dos imigrantes que nessa data já estavam legalizados, e que eles não registaram no SEF não foram abrangidos por essa operação. Admitindo, então, que entre os 12.548 indivíduos recenseados pelo SEF, em 1996, o peso relativo da faixa dos 0-14 anos era já idêntico à dos Censos 1991 e estimando o acréscimo resultante da diferença entre esse valor e o identificado pelo inquérito por nós realizado, pode acrescentar-se a esse efectivo cerca de 1500 a 1600 crianças.

A terceira e última parcela, impossível de quantificar, é constituída pelos imigrantes que permanecem no país sem autorização de residência e não entram por isso nas estatísticas correntes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Depois de dois processos de regularização extraordinária, a percentagem de ilegais no efectivo imigrante será relativamente reduzida. De qualquer forma, porque a imigração clandestina é cada vez mais um dado estrutural, tenderá sempre a haver uma faixa flutuante de imigrantes nessas circunstâncias.

Em suma, considerando todas as parcelas mencionadas pode dizer-se que, em 1996, os guineenses residentes em Portugal, incluindo os de nacionalidade e os só de origem, não seriam nunca menos de 22.000 a 23.000.

### **Diferenciação de percursos migratórios**

As diferenças de percursos entre imigrantes e luso-guineenses passam, desde logo, pela data de entrada em Portugal. Tomando-os no seu conjunto, vemos que as chegadas se estendem por um período alargado, que se inicia ainda antes de 1974 e se prolonga até ao momento da realização do inquérito, em 1995, e provavelmente após ele. Mas a composição desse fluxo não é homogénea nos seus vários momentos, luso-guineenses e imigrantes têm, com efeito, tempos de migração distintos.

O ano de 1985 pode ser tomado como marco de referência a separar os calendários migratórios de cada um desses dois sectores dos migrantes guineenses. É só a partir desse ano que os imigrantes propriamente ditos começam a chegar em número elevado, facto que a evolução do contingente de cidadãos guineenses oficialmente residentes, que vimos na figura 1, confirma plenamente; quanto aos luso-guineenses, a maioria já tinha chegado a Portugal antes dessa data, embora a sua vinda se prolongue ainda pelo quinquénio 1985-1990.

Como se pode ver no quadro 1, mais de 85% dos imigrantes chegam depois de 1984, enquanto 65% dos luso-guineenses já cá residiam nessa altura. Uma pequena parte destes últimos já vivia em Portugal antes mesmo de 1974. Embora

**Quadro 1** Data de chegada a Portugal (em percentagem)

	Antes de 1974	1974 a 1979	1980 a 1984	1985 a 1990	Depois de 1990	Total
Total	3,3	9,3	14,4	54,0	19,0	100,0
Imigrantes	0,3	3,4	9,8	62,1	24,4	100,0
Luso-guineenses	11,4	25,7	27,6	31,4	3,8	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

não determinante, o tempo de residência é reconhecidamente uma variável a ter em conta na análise da integração dos migrantes nas sociedades receptoras. Não é obviamente apenas por essa razão que o estatuto social dos luso-guineenses é geralmente mais favorecido que o dos imigrantes, mas é um factor que não deixa de ter influência.

Neste particular, o caso guineense contrasta bastante com o cabo-verdiano. Ainda que neste último se verifique também diferença de tempos de chegada entre os que têm nacionalidade portuguesa e os que não têm, essa diferença está longe de ser tão marcada, uma vez que parte considerável dos imigrantes laborais de nacionalidade cabo-verdiana já residia em Portugal antes de 1974 (Amaro, 1985: 20). Foram eles, como se sabe, que constituíram o primeiro contingente de imigrantes africanos que veio preencher vazios deixados no mercado de trabalho lisboeta pela emigração em massa dos portugueses na década de 60.

Vale a pena sublinhar igualmente a percentagem não negligenciável de imigrantes chegados entre 1994 e 1995, o que não acontece com nenhum luso-guineense.

Esta faixa de imigrantes (5%), que veio já depois do primeiro processo de regularização extraordinária, processo que à data, lembre-se, era entendido e anunciado pelas autoridades governativas como primeiro e último, corresponde aos que na altura da realização do inquérito eram seguramente, na grande maioria, imigrantes irregulares. Para além desses haveria outros, residentes há mais tempo, mas que mesmo assim não se documentaram aquando desse primeiro processo. Apesar de a segunda regularização, em 1996, parecer ter abrangido a grande maioria dos clandestinos que ficaram por legalizar no primeiro processo ou que entraram no país depois dele, não deixa de se tirar daqui uma indicação quanto ao que pode representar, em termos correntes, a faixa flutuante de ilegais que sempre tende a existir nas populações imigrantes.

A análise diacrónica do fluxo migratório revela outras diferenças de composição, conforme se observam anos mais próximos ou mais distantes. Essas diferenças têm a ver, por exemplo, com a estrutura etária e sexual ou com a auto-identificação étnica. Se observarmos o fluxo em anos mais recentes encontramos forte predominância de pessoas mais jovens e do sexo masculino, enquanto em anos anteriores a composição sexual era menos desequilibrada e a proporção de jovens, embora grande, menos elevada. Entre os que chegaram há menos tempo há também maior peso relativo de imigrantes manjacos, mancarhas e de etnias muçulmanas, ao passo que aqueles que não adoptam qualquer identificação étnica são, regra geral, pessoas vindas para Portugal há mais tempo. Mais de

metade dos imigrantes chegados depois de 90 são fulas, mandingas, manjacos ou mancanhas, enquanto entre os que vieram antes de 1974 não há nenhum com essa pertença étnica.

Apesar de não ser essa a sua fonte exclusiva, estas variações resultam, em grande medida, das próprias diferenças de composição entre luso-guineenses e imigrantes. Os últimos, compondo um fluxo de natureza predominantemente económica e laboral — por isso mesmo são designados estritamente por imigrantes — apresentam proporções muito altas de jovens do sexo masculino, tal como acontece com imigrantes africanos de outras proveniências; já os luso-guineenses, em cuja vinda as circunstâncias económicas não desempenharam papel tão central, têm um leque etário mais aberto, um peso mais paritário de homens e mulheres e, justamente porque parte deles são descendentes de famílias miscigenadas, tendem menos a auto-identificar-se em termos do mosaico étnico da Guiné-Bissau.

As diferenças de composição social, data de chegada e circunstâncias migratórias entre uns e outros justifica aqui uma breve nota sobre a questão dos tipos de migração.

Como é próprio da dinâmica geral entre teoria e pesquisa empírica, na sociologia das migrações os desfasamentos entre as tipologias disponíveis e os fenómenos concretos que elas se propõem classificar ocorrem com frequência. Para além da distinção entre migrações laborais e profissionais (Pires, 1993), que vimos não se aplicar satisfatoriamente, por exemplo, ao caso dos imigrantes brasileiros em Portugal (Machado, 1997: 17), outras distinções comuns neste campo são as que se fazem entre migrações permanentes e temporárias ou entre migrações voluntárias e forçadas (Jackson, 1991: 10).

Quanto à duração da migração, não faltam também ilustrações de que a fronteira entre os dois tipos não é tão nítida como pode parecer à primeira vista. A actual emigração portuguesa para a Europa mais rica, que sob a capa de fluxos temporários tenda a tornar-se definitiva, é apenas uma delas (Baganha, 1993). Relativamente ao carácter voluntário ou forçado das migrações há igualmente que relativizar a distinção. Como nota Richmond, baseando-se na teoria da estruturação de Giddens, essa distinção é discutível, já que “todos os comportamentos humanos são constringidos ou capacitados pelo processo de estruturação no âmbito do qual os graus de liberdade de escolha são limitados” (Richmond, 1988: 20).

No entanto, apesar das insuficiências que comporta, a classificação em tipos mantém utilidade na medida em que ajuda a “arrumar”, de forma provisória, a complexidade dos movimentos migratórios. Se pensarmos nas situações em que as migrações resultam da necessidade de “salvaguarda da vida e da liberdade do indivíduo”, e são essas que Jackson considera migrações forçadas, então faz sentido tomar como voluntários fluxos em que os migrantes não estão sujeitos a constrangimentos extremos e decidem com alguma margem de autonomia.

Parece ser esse o caso tanto dos luso-guineenses como dos imigrantes propriamente ditos. No que respeita aos últimos, a vinda para Portugal ocorre, como foi assinalado, num contexto de crescentes dificuldades económicas, mas não deixa de ser revelador que pouquíssimos estivessem desempregados no momento em que deixaram o país. A maioria tinha emprego e muitos outros eram estudantes. Para os luso-guineenses também não houve, regra geral, situações-limite de cons-

trangimento, político ou de outra natureza, que tenham feito da migração a única saída. Diga-se ainda que, tendo deixado a Guiné-Bissau há mais tempo, não conheceram tão-pouco uma conjuntura económica tão convidativa à emigração.

Se em termos do contexto em que ocorre se pode classificar a migração luso-guineense como voluntária, já do ponto de vista da sua inserção na sociedade receptora é mais difícil encontrar uma classificação adequada. Enquanto a vinda para Portugal de cidadãos guineenses em idade activa, com o objectivo manifesto de se integrarem no mercado de trabalho, configura a situação típica de migração laboral, situação que se foi tornando cada vez mais exclusiva, a vinda dos luso-guineenses, até pela composição etária e sexual, está longe disso. Seguindo a tipologia proposta por Pires (1993), não se trata tão-pouco de uma migração profissional, como a dos europeus em Portugal, nem de uma migração de refugiados, já que apenas um número muito pequeno de luso-guineenses abandonou a Guiné-Bissau reconhecidamente por razões políticas.

O que parece acontecer é a convergência de um conjunto variado de condições e estratégias num segmento da população, que tem em comum a posse da nacionalidade portuguesa, ou a titularidade do direito a obtê-la, e que justamente por isso dispõe de um campo mais amplo de alternativas de trajecto social e de maior autonomia para escolher uma delas. Assim, a possibilidade de prosseguimento de uma carreira profissional com mais compensações, a obtenção de uma pensão de reforma, o prosseguimento de estudos ou outros objectivos fazem decidir pela vinda para Portugal, sendo que para alguns terá também pesado na decisão a mudança completa de quadro político ocorrida com a independência do país.

A variedade de situações que está na base da migração dos luso-guineenses pode também ajudar a explicar que esse fluxo se distribua por um período relativamente longo. Como vimos, ela inicia-se ainda antes de 1974; até 1984 a maioria das pessoas já está em Portugal, mas são ainda mais de 30% as que chegam entre 1985 e 1990. Recorrendo a outra distinção usual neste domínio,<sup>7</sup> pode dizer-se que, se a vinda dos imigrantes guineenses se aproxima, à escala da Guiné-Bissau, de um movimento de massas, a dos luso-guineenses é um movimento muito mais atomizado.

Indicações complementares sobre a natureza dos dois fluxos podem retirar-se da análise das razões invocadas pelos inquiridos para terem vindo para Portugal (quadro 2). É preciso dizer previamente que, embora resultando de uma pergunta aberta, este indicador tem limitações. As respostas são dadas decorrido já um tempo mais ou menos longo desde a partida da Guiné-Bissau e não é certo que coincidam com as que os inquiridos dariam se interrogados no próprio momento da migração. Como refere Jackson, o recenseamento *pos hoc* das razões da vinda tem o grande inconveniente de tornar “difícil distinguir os motivos de uma decisão tomada no passado da posterior racionalização dessa decisão”. Só estudos que recolham em tempo real dados sobre as situações anteriores e posteriores ao movimento migratório, o que não acontece geralmente, incluindo no presente trabalho, podem resolver esta dificuldade (Jackson, 1993: 16).

Mau grado essas limitações, as diferenças nas respostas dadas por imigrantes e luso-guineenses revelam um grau considerável de “realismo”, ou seja, de con-

**Quadro 2** Razões da vinda para Portugal (em percentagem)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Para trabalhar / à procura de melhores condições de vida	47,0	26,2	41,6
Para estudar	22,1	42,8	27,5
Para tratamento médico	10,9	6,8	9,8
Com ou para se juntar a familiares	4,4	15,5	7,3
De férias	6,8	—	5,0
Estágios, especializações profissionais, missões de serviço	2,0	1,9	2,0
Por razões políticas	1,0	2,9	1,5
Por outras razões	5,8	3,9	5,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

gruência da subjectividade dos actores com o seu trajecto e situação objectiva no contexto da sociedade receptora. Enquanto a resposta mais frequente dos imigrantes é que vieram para trabalhar e melhorar as condições de vida, a grande maioria dos luso-guineenses aponta razões de outra ordem, destacando-se a que tem a ver com o objectivo de prosseguimento da escolaridade.

As segundas razões mais invocadas, que correspondem a uma inversão na ordem das apontadas em primeiro lugar por uns e outros, permitem perceber, desde logo, que do lado dos luso-guineenses há também uma componente, menor, de migração laboral, embora aqui, ao contrário do que acontece com os imigrantes, seja relativamente comum a manutenção do estatuto profissional anterior.

Por seu lado, as intenções de prosseguimento da escolaridade também entre imigrantes merecem comentário particular. Embora, à medida que o tempo passa, a motivação laboral se vá tornando cada vez mais exclusiva, há uma minoria correspondente a cerca de 20% do total dos imigrantes), formada por pessoas chegadas há mais tempo, que começa efectivamente por frequentar o sistema de ensino em Portugal, nomeadamente nos níveis médio e superior enquanto estudantes-bolseiros.

São, no entanto, pessoas que, plenamente inseridas no mercado de trabalho no momento do inquérito, optaram manifestamente por não regressar ou só o fazer em termos mediatos. E aí há dois tipos principais de trajectos bem distintos. Parte desses bolseiros completa o trajecto escolar e com base nos diplomas obtidos insere-se em profissões científicas e técnicas, formando uma pequena elite dentro da população imigrante; outros acabam por interromper os estudos, facto geralmente associado à perda da bolsa, e acabam por “cair” na construção civil ou, no caso feminino, que acontece menos, nos serviços pessoais e domésticos. Uma terceira situação, residual, é a dos imigrantes que, não beneficiando de bolsas ou outros apoios para se dedicarem exclusivamente aos estudos, conseguem ainda assim conciliar, a muito custo, trabalho e frequência do sistema de ensino.

A vinda com ou para junto de familiares é outro motivo invocado, principalmente do lado dos luso-guineenses. Incluem-se aí as mulheres que vêm reunir-se aos respectivos cônjuges, os menores que acompanham os pais ou outros fami-

liares, as pessoas que vêm para junto de irmãos por morte dos pais, mas também os pais ou mães que se reúnem aos filhos. São quase todas situações em que, até pelas idades dos protagonistas, as motivações económicas e laborais são marginais, configurando antes uma lógica de reagrupamento familiar. No entanto, pelos laços de parentesco entre as pessoas envolvidas, é um tipo de reagrupamento familiar diferente do classicamente vivido pelos migrantes laborais, em que o homem chega primeiro sozinho e alguns anos depois chegam a mulher e os filhos. Por o seu tempo médio de residência em Portugal ser ainda pequeno, e o reagrupamento familiar estar, portanto, em grande parte por fazer, poucos são os imigrantes a apontar esta razão para a vinda.

Vejam-se, finalmente, os casos em que o carácter pretextual das razões invocadas parece evidente. São os inquiridos que dizem ter vindo de férias, e não é por acaso que essa razão só é mencionada por imigrantes, ou que vieram fazer especializações, estágios, em missões de serviço e ficaram. Mesmo o tratamento médico, motivo apontado com alguma frequência, se é desde logo indicador indirecto das deficiências do sistema de saúde na Guiné-Bissau, não deixa de poder funcionar como pretexto para emigrar ou, pelo menos, para sondar pessoal e localmente as condições para o fazer.

A proporção de homens e de mulheres (quadro 3), a idade dos migrantes à chegada a Portugal (quadro 4) e o terem migrado sozinhos ou acompanhados por familiares (quadro 5) são aspectos que distinguem também os dois fluxos migratórios, prolongando o sentido das diferenças anteriores.

As diferenças ao nível da composição sexual são profundas. Se a dos luso-guineenses é paritária, entre os imigrantes há apenas uma mulher para cada três homens, o que demonstra inequivocamente estarmos perante imigrantes laborais. O sector que emprega a grande maioria da mão-de-obra imigrante em Portugal — a construção civil e obras públicas — recruta, de resto, exclusivamente ou quase trabalhadores masculinos. Mas este tipo de composição sexual das migrações de natureza económica é um padrão recorrente, verificando-se na generalidade dos países receptores de mão-de-obra estrangeira não qualificada, com poucas excepções.

No que respeita às idades de chegada, as diferenças podem interpretar-se do mesmo modo. Enquanto os imigrantes se concentram fortemente no escalão correspondente aos jovens activos — mais de 80% têm entre 20 a 39 anos no momento em que entram no país — os luso-guineenses distribuem-se de forma menos desproporcionada por todos os níveis de idade, com destaque para a população chegada antes dos 20 anos, cujo peso relativo é quase triplo do que tem esse mesmo escalão entre os imigrantes. Vale a pena acrescentar que desses 31% que chegaram a Portugal com menos de 20 anos cerca de um terço, ou seja, 10% do total de luso-guineenses, fê-lo até aos 14 anos. O número de pessoas vindas com 40 ou mais anos de idade não é elevado em qualquer dos segmentos, mas mesmo assim o seu peso relativo é duas vezes maior entre os luso-guineenses.

A natureza laboral do fluxo dos imigrantes guineenses, para além da composição masculina e jovem, é também atestada pelo facto de a maioria esmagadora deles vir sozinho para Portugal (80%), o que ocorre em proporção bastante menor,

**Quadro 3** Composição sexual dos migrantes (em percentagem)

	Homens	Mulheres	Total
Total	69,3	30,7	100,0
Imigrantes	74,9	25,1	100,0
Luso-guineenses	53,3	46,7	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

**Quadro 4** Idade de chegada a Portugal (em percentagem)

	Até aos 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 ou + anos	Total
Total	17,8	60,9	16,5	4,8	100,0
Imigrantes	13,2	66,8	16,6	3,4	100,0
Luso-guineenses	30,5	44,7	16,2	8,6	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

**Quadro 5** Com quem veio para Portugal (em percentagem)

	Sozinho	Com familiares	Outra situação	Total
Total	75,9	17,1	7,0	100,0
Imigrantes	80,1	13,5	6,4	100,0
Luso-guineenses	64,7	26,7	8,6	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

embora ainda maioritária, com os luso-guineenses. As situações em que os inquiridos vieram com o cônjuge, com cônjuge e filhos, só com filhos ou ainda com outros familiares são todas elas mais frequentes entre os últimos.

A singularidade de alguns percursos pessoais ilustra também quanto a vinda de muitos luso-guineenses se afasta da situação-tipo de migração laboral que caracteriza a chegada da generalidade dos imigrantes. Entre os luso-guineenses há quem tenha vindo para Portugal em criança ou jovem, ainda antes de 1974, adoptados e trazidos por portugueses, por vezes militares. A extensão desta prática no tempo colonial é difícil de avaliar, mas não deixa se poder entender como prolongamento metropolitano de algo relativamente comum dentro da própria Guiné-Bissau, a existência dos chamados “meninos de criação”, crianças entregues aos cuidados de famílias com mais posses, para serem criadas em condições que as suas famílias biológicas não lhes poderiam proporcionar (Ribeiro, 1986: 82).

Outro percurso singular é o dos que, também na infância ou na adolescência e igualmente antes de 1974, foram enviados pelas famílias, com a intermediação de padres católicos radicados na Guiné, para frequentarem seminários e virem mais tarde a ordenar-se, o que na maioria dos casos não aconteceu devido a opção posterior dos próprios. Trata-se de crianças que se destacavam na escola e cujas famílias tinham à partida uma filiação católica. O contexto onde se fazia tal

recrutamento eram as escolas de missões frequentadas por muitas crianças guineenses na época colonial.

Um plano em que as experiências de imigrantes e luso-guineenses se assemelham é o que tem a ver com as relações de interconhecimento existentes no próprio momento em que chegam e com as estabelecidas depois, já no curso da presença em Portugal. Mais de 90% dos inquiridos afirmaram, em qualquer dos casos, ter pessoas conhecidas à chegada (quadro 6). Por outro lado, são igualmente muito elevadas as percentagens daqueles que viram chegar familiares ou amigos depois de cá estarem (quadro 7).

Se quanto à vinda posterior de familiares e amigos o sentido das respostas era de esperar, constituindo apenas mais uma confirmação da intensidade do fluxo entre a Guiné-Bissau e Portugal, já a partir de meados dos anos 80 o facto de quase todos terem pessoas conhecidas à chegada não deixa de surpreender. Especialmente no caso dos luso-guineenses, pioneiros que são da migração Guiné-Portugal, era de esperar que as pessoas conhecidas à chegada fossem menos, e sobretudo em menor número, que os familiares e amigos vindos posteriormente. Naturalmente, há variação das respostas em função das datas de chegada. Os que vieram antes de 80 respondem menos que tinham cá pessoas conhecidas e os que vieram depois de 1990 dizem menos terem chegado conhecidos ou familiares depois dessa data. Mas as variações não alteram o sentido geral das respostas, expresso nos quantitativos atingidos.

Como compreender estas respostas?

No caso dos luso-guineenses, é preciso ter presente a ascendência portuguesa de muitos deles. O universo das pessoas conhecidas à chegada incluiria, portanto, familiares mais ou menos afastados, tanto em termos de parentesco como de contacto, muitos dos quais podem nem sequer ter alguma vez vivido na Guiné. O facto de, quando se pede para especificar esses conhecimentos, ser a categoria "outros familiares" (utilizada como complemento a uma listagem dos laços de parentesco mais próximos) a registar o maior número de citações parece apontar nesse sentido. Mesmo para os luso-guineenses sem ascendentes portugueses era verosímil a presença de um ou outro parente já fixado em Portugal. Pode juntar-se a este tipo de conhecimentos os resultantes de relações com portugueses estabelecidas ainda na Guiné, portugueses que os inquiridos cá reencontraram depois.

Outras pessoas conhecidas eram, naturalmente, os guineenses já cá fixados, fossem eles colegas de estudo — lembre-se o grande número dos que vieram para estudar — ou pessoas vindas por razões diferentes. É o que se pode depreender de, a seguir a "outros familiares", serem os "amigos" e "outros conhecidos" as categorias mais referidas.

A existência desta rede difusa de conhecimentos, sobretudo na parte composta por familiares distantes ou meros conhecidos, não significa que ela tenha funcionado ou funcione actualmente como rede de acolhimento. O contacto pode nunca ter sido estabelecido e essas pessoas nunca terem desempenhado qualquer papel na recepção da maioria dos recém-chegados. A indicação de pessoas conhecidas não significa, com efeito, uma rede operativa de relacionamentos sociais, a não ser no caso daqueles para quem as pessoas conhecidas eram efectivamente familiares directos — cônjuges, filhos, pais, irmãos, primos ou tios —, garantindo

**Quadro 6** Pessoas conhecidas à chegada a Portugal (percentagem de respostas afirmativas)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Sim	93,2	96,1	94,0
Cônjuge	4,4	9,5	5,8
Filhos	2,0	3,8	2,5
Pais	3,3	5,7	4,3
Primos	31,5	17,1	27,8
Tios	14,6	15,2	14,8
Outros familiares	42,7	59,0	47,3
Amigos	43,7	36,9	41,8
Outros conhecidos	25,1	30,4	26,5

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

**Quadro 7** Familiares ou amigos vindos depois de estar em Portugal (percentagem de respostas afirmativas)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Sim	79,3	87,5	81,5
Cônjuge	9,5	6,7	8,8
Filhos	7,1	10,5	8,3
Irmãos	22,0	29,5	24,0
Pais	2,4	6,7	3,5
Outros familiares	42,4	50,4	44,5
Amigos	26,1	28,5	27,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

um apoio concreto à chegada em termos de alojamento e subsistência imediata, e esses são compreensivelmente em número bastante menor. Note-se, de qualquer forma, que, pelo próprio tipo de migração que protagonizaram, a grande maioria dos luso-guineenses não se confrontou à chegada com a situação de incerteza e as dificuldades de instalação comuns aos que imigram estritamente para trabalhar.

Relativamente aos imigrantes, a interpretação passa por linhas diferentes. Não há, em geral, ascendentes portugueses e o conhecimento de portugueses ex-residentes na Guiné-Bissau é residual, até por efeito da juventude dos próprios imigrantes. Em contrapartida, dois factores convergem para que a quase totalidade dos inquiridos responda ter conhecidos à chegada a Portugal.

Um é a presença anterior dos luso-guineenses. É certo que as diferenças de trajecto e de estatuto socioeconómico e jurídico significam que, apesar da partilha de uma origem comum, as relações sociais directas e constantes entre imigrantes e luso-guineenses não são generalizadas. Dito de outra maneira, a maioria dos imigrantes relacionam-se tendencialmente mais com outros imigrantes que com luso-guineenses e vice-versa. No entanto, parte desses imigrantes mantém um relacionamento regular com luso-guineenses, podendo por isso dizer-se que, para alguns desses imigrantes, os luso-guineenses constituíram efectivamente um apoio para a primeira integração.

O segundo factor, de efeito mais geral, tem a ver com a rápida formação de redes sociais entre os próprios imigrantes. Como vimos atrás, ao contrário do que

acontece com os luso-guineenses, a imigração laboral é bastante concentrada no tempo. Num curto período de menos de uma década, o efectivo de imigrantes multiplicou-se várias vezes, a um ritmo de um a dois milhares por ano.

Para além da compressão no tempo, este fluxo caracteriza-se também por uma dupla compressão no espaço, tanto no ponto de partida como no de chegada. À forte concentração na região de Lisboa, no destino, junta-se a forte concentração na origem, já que mais de 80% dos imigrantes residiam na região da capital antes de virem. Neste sentido, a imigração Guiné-Portugal é em grande parte uma migração Bissau-Lisboa. Esta compressão simultânea no tempo e no espaço facilita muitíssimo a formação de redes de interconhecimento e relacionamento social, as quais estão, ao fim de poucos anos, perfeitamente aptas a fornecer aos recém-chegados o apoio de que necessitam para a primeira inserção, nomeadamente em termos de alojamento transitório e de encaminhamento para o trabalho na construção civil.

Não admira por isso que na especificação dos conhecimentos à chegada os imigrantes refiram mais os “amigos” que qualquer outra categoria, mas também muitas vezes familiares não próximos. Já a presença de familiares directos — cônjuges, filhos ou pais — é ainda menos frequente que para os luso-guineenses, o que se compreende à luz da composição masculina, jovem e laboral do fluxo migratório. A única excepção, que resulta também da homogeneidade geracional desse fluxo, é justamente a existência muito mais frequente de “primos” já residentes em Portugal.

Relativamente, agora, à vinda de familiares ou amigos depois da chegada dos inquiridos, ela é plenamente demonstrativa, se esse ponto ainda carecesse de confirmação, da formação rápida de redes sociais entre os migrantes. O tempo de residência mais longo dos luso-guineenses justifica que eles refiram mais frequentemente essa vinda que os imigrantes. Mas, justamente por o seu tempo médio de fixação em Portugal ser muito menor, é notável que tão grande número de imigrantes também o faça. A importância das redes de interconhecimento e relacionamento social, que a sociologia das migrações tanto tem enfatizado (Rocha-Trindade, 1995: 90-92; Baganha e Peixoto, 1996: 238), encontra neste exemplo forte confirmação.

Do quadro 6 ressalta igualmente, no entanto, a fraca expressão do reagrupamento familiar. Poucos casos há em que cônjuge ou filhos tenham vindo posteriormente e a fixação recente dos imigrantes, muito dos quais não equacionam ainda a possibilidade de mandar vir a família, é uma das razões para esse facto. Mas mesmo àqueles que tenham essa intenção, para além das dificuldades em garantir as condições de instalação e subsistência dos seus familiares, a começar, como veremos, pela questão do alojamento, deparam-se também os obstáculos colocados à sua entrada no quadro das orientações ainda prevaletentes em matéria de política de imigração.

Se as redes de contactos interpessoais, nas sociedades de chegada e partida, são factores influentes de migração, elas funcionam sem dúvida melhor para a chamada imigração primária (Skellington e Morris, 1992: 56), aqueles que vêm, geralmente sozinhos, para trabalhar, e que para isso se apoiam apenas transitória-

**Quadro 8** Residência antes da vinda e países estrangeiros onde viveu (em percentagem)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Veio directamente da Guiné-Bissau para Portugal	92,2	96,2	93,2
Veio para Portugal a partir de outro país	7,8	3,8	6,8
Viveu noutros países estrangeiros, além de Portugal	25,4	11,4	21,8

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

mente em amigos ou familiares (é significativo que sejam irmãos os familiares directos que mais frequentemente vieram depois dos inquiridos) do que propriamente para a imigração secundária, composta por cônjuges, filhos e outros dependentes, cuja integração na sociedade de chegada carece de um apoio continuado. Por isso mesmo, o reagrupamento familiar depende mais de outros factores do que apenas das disponibilidades relacionais dos imigrantes e dos candidatos à imigração.

Diga-se, de resto, que a situação dos guineenses a este respeito é a que é comum encontrar-se nas populações de migrantes laborais na primeira fase do ciclo migratório: populações predominantemente masculinas, com uma inserção no país receptor quase exclusivamente económica e que só depois do processo mais ou menos demorado de reagrupamento familiar passam dessa inserção restrita para uma participação mais alargada nas esferas social, cultural e política (Dassetto, 1990).

Nessa fase mais avançada, a composição sexual, etária e socioprofissional dos imigrantes, bem como os papéis desempenhados no contexto da sociedade de acolhimento, aproximar-se-ão provavelmente mais daqueles que já hoje caracterizam os luso-guineenses, ou seja, entre outros traços, o número proporcionado de homens e mulheres, a estrutura multietária, a menor taxa de activos e o leque mais diversificado de localizações profissionais.

Outro aspecto relevante dos percursos migratórios dos guineenses é a passagem por outros países antes da vinda para Portugal (quadro 8).

Para uma parte deles, a vinda para Portugal é precedida de outras experiências migratórias. Há, para esses, um circuito migratório mais amplo, de que a presença em Portugal é a fase porventura mais importante, mas não necessariamente a primeira nem a última. Para além da pequena percentagem de guineenses que vieram para Portugal a partir não da Guiné-Bissau, mas de um país terceiro, há uma proporção maior (22%) de pessoas que, estando na Guiné antes de partirem, já tinham antes residido noutros países estrangeiros.

Quase metade desse contingente viveu no vizinho Senegal e alguns migrantes vieram mesmo de lá directamente para Portugal. Como vimos no princípio deste capítulo, a passagem pelo Senegal é uma experiência comum a muitos guineenses. Para lá dos factores de atracção económica, potenciados pela proximidade geográfica e pela tradição migratória, pesam também as afinidades culturais e religiosas entre etnias de um e outro lado da fronteira, que se traduzem inclusivamente na constituição de famílias mistas, com membros espalhados pelos dois países.

Além da experiência senegalesa, um número considerável de outros inquiridos fez percursos migratórios de mais longo alcance e para universos culturais bem mais contrastantes. Podem distinguir-se, em função dos destinos escolhidos e das razões que determinaram as deslocações, dois tipos de trajectos.

Um é o das pessoas que antes viveram noutros países da União Europeia, nomeadamente França, Alemanha, Espanha e Itália, e em alguns casos daí vieram directamente. Embora sem informação sobre a duração e os objectivos da permanência nesses países, é provável que tenham tido a ver, com excepção de um ou outro indivíduo que aí já vivesse enquanto estudante, com razões de ordem laboral. Já vimos, através da presença nesses e noutros países de familiares de muitos imigrantes, que a actual emigração guineense para a Europa não se cinge a Portugal. As passagens precedentes de alguns desses imigrantes por outros países europeus parecem confirmar isso mesmo e indicam que a emigração guineense começa a estruturar-se em rede à escala de mais de um país, como acontece com outras migrações africanas mais antigas e volumosas.

Experiência distinta é a dos que residiram em países do Leste europeu. Alguns vieram directamente daí, mas a maior parte regressou à Guiné-Bissau e só depois emigrou para Portugal. São em menor número que os anteriores e a sua deslocação tem a ver quase sempre com razões não laborais: trata-se de jovens que viajaram para a antiga União Soviética, para a Roménia ou para a Bulgária para aí prosseguirem os estudos. No quadro das afinidades políticas e ideológicas e dos programas de cooperação entre a Guiné-Bissau e os países do ex-bloco comunista, muitas bolsas de estudo foram concedidas, tal como aconteceu em relação a Portugal e, em menor proporção, a outros países da Europa ocidental. Podem ainda incluir-se neste conjunto o pequeno número daqueles que fizeram percursos universitários em Cuba ou na Argélia.

Para além destes dois trajectos mais comuns, registam-se ainda casos isolados de pessoas que passaram por outros países de língua oficial portuguesa (Moçambique, Angola e Cabo Verde) ou pelas Américas (Canadá, EUA e Brasil).

Como noutros aspectos dos percursos migratórios, há aqui diferenças nítidas entre luso-guineenses e imigrantes. A passagem por países terceiros tem, entre os últimos, mais do dobro da frequência que nos primeiros. Tanto quanto é possível dizer com base nos dados do inquérito e das entrevistas, tal pode explicar-se por convergirem mais nos imigrantes que nos luso-guineenses as razões que estiveram na base tanto dos percursos de natureza laboral como dos escolares. A migração económica, como vimos, embora não esteja ausente entre os luso-guineenses, tem aí expressão reduzida. Não admira, portanto, que sejam menos essas pessoas a percorrer caminhos prévios de imigração laboral seja no Senegal ou em países da União Europeia.

Por seu lado, as saídas para estudar no estrangeiro com bolsas atribuídas pelo Estado da Guiné-Bissau contemplaram mais os actuais imigrantes que luso-guineenses, quer porque no período em que essas bolsas começaram a ser atribuídas muitos luso-guineenses já aí não residiam, quer porque estes, pela própria posse da nacionalidade portuguesa e por disporem de outros apoios em Portugal, nomeadamente familiares, não dependiam tanto de bolsas para prosseguirem trajectos escolares.

## Os migrantes antes de o serem

### *Condições de classe e origens sociais*

As experiências migratórias internacionais prévias de parte considerável dos migrantes guineenses, para quem essas experiências não terão sido, aliás, alheias à decisão de migrar novamente, é apenas um dos muitos aspectos que marcam o contraste entre esses migrantes e o perfil médio da população da sociedade de partida.

A sociologia das migrações, e ainda mais a das minorias étnicas e da etnicidade, esquece com frequência que os migrantes podem, por definição, ser referenciados a duas sociedades e não só a uma. Por isso, enquanto a definição da condição migrante por referência à sociedade de acolhimento é comum nos estudos desta área, a análise da composição social e dos trajectos dos migrantes por referência à sociedade de origem é geralmente sumária, quando não inexistente.

Num texto em que analisa as etapas da imigração argelina em França, Abdelmalek Sayad defende justamente ser preciso “romper com a representação, assumida com demasiada facilidade, de uma imigração homogénea, indiferenciada, submetida identicamente às mesmas acções e aos mesmos mecanismos” (Sayad, 1977: 60).

A heterogeneidade dos migrantes decorre do seu próprio trajecto na sociedade de acolhimento e das diferenças que aí se geram no plano, por exemplo, das condições de trabalho ou de alojamento, o que Sayad considera serem “variáveis de chegada”; mas tem também a ver, tanto mais até quanto mais recente for a migração, com “variáveis de partida”, ou seja, com as condições e trajectos sociais dos migrantes na sociedade de origem e com as características diferenciadas de que são portadores no momento da chegada. É preciso portanto, segundo a autor, reconstituir “trajectórias de migrantes” de modo a perceber “o sistema completo das determinações que, tendo agido antes da emigração e continuando a agir, de forma modificada, durante a imigração, conduziram o emigrante ao ponto de chegada actual” (Sayad, 1977: 60).

É verdade que, com o prolongamento do tempo de residência, o condicionamento das chamadas “variáveis de partida” (Sayad, 1977) tende a atenuar-se. A melhor prova disso são as gerações de descendentes de imigrantes, nascidas e/ou criadas na sociedade de acolhimento, que não se vêem a si próprias como migrantes e sobre as quais a influência dessas variáveis de partida é já filtrada por múltiplas mediações. Os próprios migrantes, diga-se, ao fim de 10 ou 20 anos, são culturalmente mais sincréticos do que eram no momento da chegada.

Mas sobretudo num caso de imigração recente, praticamente ainda na primeira fase do ciclo migratório (Dassetto, 1990), como é o dos guineenses em Portugal, a dupla análise de composição e trajecto dos migrantes é imperativa não só para romper com a ilusão da imigração homogénea, de que fala Sayad, mas para os conhecer em comparação com a sociedade de partida, ou seja, conhecer as suas características sociais, em várias dimensões, no momento em que deixaram essa sociedade, bem como os seus trajectos até momento da partida.

Os contrastes a vários níveis entre luso-guineenses e imigrantes propriamente ditos são, neste caso, a expressão maior da heterogeneidade apontada por Sayad. Em face do modelo analítico deste autor, a nacionalidade pode, aliás, considerar-se uma variável híbrida. Se a posse de nacionalidade portuguesa, ou do direito a ela, é uma realidade de partida, resultante principalmente da existência de ascendentes portugueses ou de um vínculo profissional do próprio ao Estado português no tempo colonial, o que se traduziu geralmente em condições e trajectos sociais mais favorecidos, ela é também uma variável de chegada na medida em que alguns dos seus efeitos mais importantes só se fazem sentir já em Portugal. Mas, para além da diferença de estatuto jurídico-social, há, como veremos adiante, outras variáveis a introduzir diferenciação na população migrante, como sejam o género ou a filiação étnica.

Sem perder de vista que os meios de pesquisa são limitados, já que se restringem à caracterização sociográfica e à reconstituição parcial de percursos através de inquéritos e entrevistas feitos só em Portugal, trata-se, em suma, de conhecer aqui os migrantes antes de o serem.

Quem são então os guineenses que migram em comparação com a sociedade de origem?

Genericamente, pode dizer-se que a larga maioria é oriunda dos sectores mais modernos da sociedade guineense, ou seja, da região de Bissau e das camadas escolarizadas e bem colocadas profissionalmente, ainda que exista um subconjunto de perfil mais tradicional, proveniente das zonas rurais do interior, que registou certo incremento em anos mais recentes. Essa extracção sociocultural particular, mais acentuada nos luso-guineenses, é também notória entre os imigrantes propriamente ditos. Origens geográficas, níveis de escolaridade, condições socioprofissionais, origens sociais ou ainda auto-identificações étnicas dão testemunho do carácter socialmente selectivo da emigração guineense.

Cerca de metade dos inquiridos nasceu em Bissau e mais de 80% viviam lá antes de virem para Portugal, para além daqueles que vieram directamente de países terceiros (quadros 9 e 10). A origem urbana, no duplo sentido de local de nascimento e de residência, é ainda mais acentuada para os luso-guineenses que para os imigrantes e prolonga, de resto, a que se encontra já nos pais e nas mães.

As mães dos luso-guineenses são muito mais de Bissau que as dos imigrantes, enquanto os pais são menos de Bissau, mas também menos do interior, devido à percentagem relativamente elevada de nascidos fora da Guiné (21%), nomeadamente em Cabo Verde (metade desse efectivo) e Portugal e, em menor número, no Senegal, Guiné-Conacri ou Mali. As mães de luso-guineenses nascidas fora da Guiné são menos que os pais, mas ainda assim em número considerável, sendo também Cabo Verde e Senegal os locais de nascimento mais comuns. De notar o facto de não haver mães de luso-guineenses, nascidas em Portugal. A origem externa de muitos pais e mães destes últimos, sobretudo dos pais, é justamente um dos factores que mais contribui para a singularidade da sua condição, seja em termos de perfil sociocultural, miscigenação racial, auto-identificação étnica ou trajecto migratório.

**Quadro 9** Locais de nascimento dos migrantes, dos pais e das mães (em percentagem)

	Migrantes			Pais			Mães		
	IMI	L-G	Total	IMI	L-G	Total	IMI	L-G	Total
Nascido fora da Guiné	2,7	1,0	2,3	6,8	21,0	10,5	5,8	9,6	6,8
Nascido em Bissau	47,1	55,2	49,3	24,5	18,1	22,8	24,3	33,7	26,8
Nascido fora de Bissau	50,2	43,8	48,4	68,7	60,9	66,7	69,9	56,7	66,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

**Quadro 10** Residência dos migrantes antes de virem para Portugal (em percentagem)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Vivia fora da Guiné	7,9	3,6	6,6
Vivia em Bissau	80,2	86,7	81,9
Vivia fora de Bissau	11,9	9,7	11,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

Ainda relativamente aos pais e mães, deve sublinhar-se um segundo aspecto. Quase independentemente agora de se tratar de luso-guineenses ou imigrantes, há, entre os inquiridos e os seus progenitores, uma diferença de cerca de 20 pontos percentuais ou mais no que se refere ao nascimento em Bissau. De uma geração para outra, a proporção dos aí nascidos passa de aproximadamente um quarto para metade, ou, dito de outra forma, a proporção de migrantes nascidos na capital é cerca do dobro da dos seus pais e mães. Significa isto, em termos de histórias familiares, que a migração para Portugal foi, em muitos casos, precedida da migração interna campo-cidade, o que constitui ao mesmo tempo confirmação indirecta do já mencionado êxodo rural das últimas décadas na Guiné e conseqüente crescimento acelerado da zona de Bissau.

O êxodo rural é também visível, aliás, através da diferença entre a percentagem de migrantes nascidos em Bissau e a daqueles que aí residiam antes de virem para Portugal. Destes últimos, parte seriam residentes de fresca data, tendo a ida para a capital constituído eventualmente, como em muitas outras migrações, apenas um elo intermédio do percurso. Se o significado do número de residentes em Bissau pode por isso ser relativizado, já o facto de praticamente metade dos migrantes aí ter nascido revela, inequivocamente, a extracção urbana de grande parte da migração.<sup>8</sup>

Tendo em conta que a grande maioria dos inquiridos nasceu nos anos 60 — a idade média dos imigrantes é 32 anos e a dos luso-guineenses 38 — a marca de distinção que o nascimento em Bissau representa torna-se mais evidente.

Nessa época, a capital da Guiné não tinha mais de 10% da população do país, pelos que os quase 50% de migrantes aí nascidos dão testemunho inequívoco da sobre-representação da capital como região de recrutamento. Raciocínio idêntico pode ser feito a propósito da localização residencial antes da vinda. Mesmo tendo

em conta que uma parte dos mais de 80% aí residentes o era há pouco tempo, a sobre-representação da região de Bissau, agora como local prévio de residência, é ainda mais incontestável.

Em face do que se conhece quanto aos tipos de espaço de origem das migrações internacionais a partir dos países do Terceiro Mundo, o exemplo guineense parece destacar-se pela singularidade. De acordo com Jackson, essas migrações obedecem a uma lógica de selectividade, tendendo a “acentuar-se na periferia das próprias periferias, isto é, nas áreas mais desfavorecidas dos países marcados pela emigração” (Jackson, 1991: 32). No que se refere à actual migração Guiné-Portugal, não é esse manifestamente o caso, já que a emigração não vem maioritariamente das regiões mais desfavorecidas, mas, usando a terminologia de Jackson, do centro da periferia.

Quanto à emigração proveniente das zonas rurais, que de qualquer modo não é subestimável nem quantitativa nem qualitativamente, até porque as famílias de origem de muitos migrantes se mantêm no interior, importa notar que ela não se recruta indiferenciadamente nas várias regiões. Depois da capital, duas áreas se destacam nitidamente de todas as outras: Cacheu, a norte de Bissau, zona por excelência das etnias manjaca e mancanha, e Bafatá e Gabu, no Leste, regiões maioritariamente povoadas por muçulmanos das etnias fula e mandinga. Juntamente com os migrantes “crioulos” e de etnia papel, mais concentrados na área de Bissau, são justamente aquelas as etnias mais representadas na população guineense em Portugal. Já nas regiões do Sul — Quinara, Tombali e arquipélago dos Bijagós — o recrutamento é menor, compreendendo-se assim a fraca presença de migrantes balantas, a etnia maioritária na Guiné-Bissau.

Último aspecto a destacar da análise das origens geográficas são as diferenças de locais de nascimento entre os dois sexos. Quer se trate de imigrantes ou de luso-guineenses, verifica-se que as mulheres são ainda mais que os homens de extracção urbana. Nasceram mais frequentemente em Bissau, residiam mais aí antes de emigrarem (90% contra 77% dos homens) e, o que é também revelador, os seus pais e mães são com maior frequência já nascidos na capital que os pais e mães dos migrantes do sexo masculino.

Não se trata de uma diferença isolada nem casual. Os indicadores de condição socioprofissional, origem social e outros que analisarei adiante apontam, consistentemente, para um perfil de mulher migrante ainda mais contrastante com a sociedade de origem que o dos homens. Mais importante do que isso, a diferença de estatuto “para cima” das mulheres sobrepõe-se, em várias dimensões, ao próprio contraste entre luso-guineenses e imigrantes, contraste que, como temos vindo a ver, se desenha bem nítido em muitos outros aspectos.

O nível de escolaridade à chegada a Portugal (quadro 11), a condição perante o trabalho (quadro 12) e a localização de classe na Guiné-Bissau (quadro 13) são também elucidativos quanto ao perfil médio dos migrantes por referência à sociedade de partida.

Mesmo não contando, porque isso diz já respeito ao trajecto na sociedade de chegada, com os muitos luso-guineenses e também imigrantes que estudaram em Portugal (o que significa que a percentagem de detentores de escolaridade

universitária é bastante mais alta no momento do inquérito que no momento de chegada), o contraste com o perfil escolar da população guineense no seu conjunto é enorme.

Os níveis de alfabetização e de frequência do sistema de ensino na Guiné-Bissau permanecem muito baixos, apesar dos progressos pós-independência. Em 1993, apenas 53% dos guineenses com 15 ou mais anos sabia ler e escrever e, se calcularmos essa taxa só para o sexo feminino, o seu valor desce para 40%. A taxa bruta de escolarização primária (4 anos) não chegava, nessa mesma data, a 60% e a taxa homóloga relativa ao conjunto dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos (9 anos) era apenas de 30%.<sup>9</sup>

Além do analfabetismo incomparavelmente mais reduzido e das percentagens comparativamente muito elevadas de escolarizados a nível médio e superior, destacam-se os mais de 60% de inquiridos que atingiram o ensino secundário geral ou complementar.<sup>10</sup> Dando o devido desconto ao facto de muitas crianças guineenses entrarem na escola primária três ou quatro anos mais tarde que as crianças dos países desenvolvidos, merece igualmente realce que apenas um quarto do total dos migrantes tenha deixado o sistema de ensino antes dos 18 anos.

Estes níveis de escolaridade são obviamente reflexo da condição predominantemente urbana dos migrantes. Mas mesmo considerando que Bissau tem os níveis de escolarização mais altos do país, os números do quadro 11 mostram que, para além da extracção urbana, há no recrutamento da maioria dos migrantes uma segunda selecção social, dirigida aos segmentos mais qualificados da própria população da capital guineense.

Neste particular, as diferenças entre imigrantes e luso-guineenses não são, à primeira vista, acentuadas. Nota-se apenas nos dois extremos da hierarquia dos níveis de escolaridade proporções um pouco mais altas para os segundos devidas, no caso dos analfabetos e dos que atingiram somente o ensino primário, à idade média mais elevada. No entanto, tendo em conta que os luso-guineenses deixaram o país há mais tempo, antes de se fazerem sentir plenamente os efeitos da expansão do sistema de ensino no período pós-independência (efeitos que, pelo contrário, estão já patentes nos graus de ensino atingidos pelos imigrantes), o nível geral de qualificações escolares por eles apresentado acaba por ser ainda mais contrastante com a sociedade de partida.

Já as diferenças entre os dois sexos são mais marcadas e de sentido diverso conforme se trate de imigrantes ou luso-guineenses. Entre as imigrantes há bastante menos pessoas analfabetas ou só com ensino primário, mas também um pouco menos com ensino médio ou superior. Em contrapartida, são muitas mais nos graus intermédios, sobretudo no secundário geral, onde registam valor duplo do dos homens. Em síntese, as imigrantes são globalmente mais escolarizadas que os imigrantes. O caso das luso-guineenses é diferente. Nenhuma tem ensino médio ou superior, havendo ao mesmo tempo níveis mais elevados de analfabetismo e mais mulheres só com ensino primário. Mesmo atendendo a que mais de 40% atingiram o secundário complementar, único escalão em que ganham vantagem aos homens, a taxa média de escolaridade à chegada a Portugal é mais baixa que a masculina.

**Quadro 11** Nível de escolaridade dos migrantes à chegada a Portugal (em percentagem)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Não sabia ler nem escrever português <sup>11</sup>	5,1	5,7	5,2
Primário	8,8	16,2	10,8
Preparatório	9,5	7,6	9,0
Ensino secundário geral	32,5	25,7	30,8
Secundário complementar	35,3	38,1	36,0
Médio	3,7	1,0	3,0
Superior	5,1	5,7	5,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

**Quadro 12** Condição dos migrantes perante o trabalho na Guiné-Bissau (em percentagem)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Exerciam profissão	63,4	44,1	58,3
Desempregados	1,0	—	0,8
Estudantes	22,0	38,5	26,3
Trabalhadores-estudantes	11,6	8,7	10,8
Domésticas	1,0	5,8	2,3
Outras situações	1,0	2,9	1,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

**Quadro 13** Lugar de classe dos migrantes na Guiné-Bissau (em percentagem)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Empresários e dirigentes	—	—	—
Profissionais técnicos e de enquadramento	31,1	48,2	34,6
Trabalhadores independentes	15,3	14,3	15,1
Camponeses	3,2	1,8	2,9
Empregados executantes	32,4	25,0	30,9
Operários	17,1	10,7	15,8
Assalariados agrícolas	0,9	—	0,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

O já mencionado efeito de idade revela-se aqui decisivo. Sendo, regra geral, mais velhas, as mulheres luso-guineenses passaram em menor número e menos tempo pelo sistema de ensino que as imigrantes. Estas, pelo contrário, beneficiaram não só da maior cobertura desse sistema depois da independência, como, devido justamente a novos valores trazidos por essa mesma independência, de um contexto político cultural de menor discriminação das mulheres no acesso à escola. Em todo o caso, mais importante que as diferenças entre elas é poder concluir-se, comparadas umas e outras com o conjunto da população feminina da Guiné-

-Bissau, que a selecção social das migrantes é, também neste aspecto, mais estrita ainda que a dos seus pares masculinos.

Consequência importante dos níveis de qualificação escolar dos migrantes é a que respeita ao domínio da língua portuguesa. Sem deixarem de usar predominantemente o crioulo como veículo de comunicação interna, a maioria tem facilidade na utilização do português no registo oral (entendimento e locução) e também, embora menos, ao nível da leitura e da escrita (Machado, 1996). Do ponto de vista da sociedade de acolhimento isso constitui um instrumento valioso para a primeira inserção, nomeadamente na esfera profissional. Olhado do ponto de vista da sociedade de partida, trata-se de uma competência singular. Na Guiné-Bissau os falantes de português são apenas 11%, utilizando a grande maioria da população, em partes aproximadamente iguais, o crioulo ou as chamadas línguas étnicas.<sup>12</sup> A relação de familiaridade com a língua portuguesa, que varia naturalmente com os próprios níveis de escolaridade, com a origem social ou ainda em função da pertença étnica, é mais um elemento de confirmação do perfil social particular dos que vêm da Guiné para Portugal.

Relativamente à condição dos migrantes perante o trabalho antes da vinda, podem distinguir-se duas situações fundamentais: 58% trabalhavam e 26% eram estudantes. Havia ainda 11% de trabalhadores-estudantes e as restantes situações — domésticas, desempregados e outras — não chegavam aos 5%.

O número ínfimo de desempregados (0,8%) é especialmente significativo, já que não corresponde nada à realidade de Bissau, onde a percentagem de desempregados, a mais alta do país, é muito elevada. O sub-recrutamento na categoria dos desempregados, que justamente por o serem poderiam considerar-se dos primeiros candidatos à emigração, é um bom exemplo de que os emigrantes potenciais não são necessariamente as pessoas de estatuto mais desfavorecido, mas que a própria decisão e capacidade de emigrar pressupõe algum nível de recursos.

O carácter socialmente selectivo das populações migrantes é um dos pontos que a sociologia das migrações tem repetidamente sublinhado. Alguns sectores da população dos países de origem podem estar tão destituídos de recursos de vária ordem que a própria possibilidade de emigrar esteja fora do seu alcance (Alpalhão e Rosa, 1983: 310-311). Em termos mais gerais, pode dizer-se que, num quadro estrutural de factores de repulsão (e de atracção), que virtualmente a todos constrixe e solicita, a decisão de migrar só é tomada em certos sectores sociais, e dentro deles, por certas famílias e indivíduos e não por outros em condições aparentemente semelhantes. Não é só por haver, na origem e no destino, condições económicas, sociais ou políticas a favorecer as migrações que elas ocorrem. Esta estrutura estrutural do fenómeno migratório tem de ser complementada por uma outra, que salienta as determinantes próximas da decisão efectiva de emigrar, onde as motivações e os recursos dos actores desempenham papel igualmente relevante (Jackson, 1991: 34; 53-56; Rocha-Trindade, 1995: 90-92).

No caso guineense, a emigração pressupõe dois tipos de recursos que os desempregados urbanos e, mais importante que isso, a grande massa de camponeses pobres, ou não têm ou têm em quantidade insuficiente: capital económico para a passagem de avião e para as primeiras despesas em Portugal, dificilmente

alcançável sem uma fonte de rendimentos regular ou excepcional,<sup>13</sup> e capital social (quando não também económico) que facilite, nos meandros da administração pública guineense e da embaixada portuguesa, a obtenção dos documentos necessários à viagem, nomeadamente passaporte e visto.

As condições de trabalhador e de estudante não se distribuíam igualmente por luso-guineenses e imigrantes nem entre os dois sexos. Entre os imigrantes, a proporção de activos era superior em 20% à dos luso-guineenses, enquanto entre os últimos havia um adicional quase idêntico de estudantes. As motivações para a migração e as fases do ciclo de vida em que ocorreu, em termos modais, a saída de uns e outros explicam boa parte dessas diferenças. Recorde-se que muitos luso-guineenses vieram para Portugal estudar, alguns ainda crianças, com o incentivo e apoio material das suas famílias, ao passo que os imigrantes, regra geral, mesmo quando não o explicitam, vêm à procura de melhores condições de vida, quando verificam que os resultados de um trajecto profissional de alguns anos ficam aquém das suas expectativas económicas e sociais.

No que respeita às diferenças entre os sexos, verifica-se que, independentemente de serem imigrantes ou luso-guineenses, as mulheres tinham taxas de actividade menores que os homens e eram mais frequentemente estudantes. Enquanto para as mulheres o trajecto Guiné-Portugal coincide, em muitos casos, com a transição escola-mercado de trabalho, para os homens esse trajecto corresponde mais a uma mudança de estatuto profissional, mudança que para muitos é radical. Resta saber, dadas as dificuldades cada vez maiores em encontrar emprego no funcionalismo público na Guiné-Bissau, em que medida essas ex-estudantes, caso não emigrassem, estariam condenadas a aumentar o contingente já numeroso dos desempregados de Bissau.

Se o sub-recrutamento dos migrantes nas categorias sociais de mais fracos recursos, como são os desempregados, é uma situação que se encontra em muitas migrações internacionais, já o recrutamento privilegiado nas camadas profissionalmente qualificadas confere à emigração guineense mais uma marca de singularidade. As circunstâncias socioeconómicas em que tal processo de selecção ocorre foram já descritas. Vejamos agora, com mais pormenor, a composição socioprofissional dos migrantes que, antes da vinda, estavam inseridos no mercado de trabalho.

Para uma leitura integrada e sintética dessa composição adoptou-se a variável classe social operacionalizada, segundo uma metodologia corrente na análise de classes, pelo cruzamento em matriz dos indicadores "profissão" e "situação na profissão" (Ferrão, 1982; Almeida, 1986; Almeida, Costa e Machado, 1988). Os lugares de classe identificados são os que, de acordo com a metodologia citada, constam de uma tipologia, utilizável com maior ou menor grau de desagregação (Costa, Machado e Almeida, 1990), e que no caso presente tomou a forma de uma classificação em sete lugares, designados segundo uma terminologia socioprofissional já testada noutros trabalhos (Almeida, Costa e Machado, 1994; Machado e Costa, 1996).

Dois factos se destacam na composição de classe dos migrantes, antes da vinda para Portugal.

Um é o grande peso relativo dos que pertenciam às classes médias urbanas assalariadas. O conjunto dos profissionais técnicos e de enquadramento — definidos pela posse de recursos em qualificações e/ou organizacionais<sup>14</sup> —, e dos empregados executantes — neste caso, sobretudo assalariados da administração pública e residualmente do comércio e serviços, sem funções técnicas nem de enquadramento — agregava 73% dos luso-guineenses e 63% dos imigrantes. Uns e outros, mas mais os profissionais técnicos e de enquadramento, trabalhavam, na sua esmagadora maioria, na administração pública.

Outro é o número muitíssimo baixo de ex-camponeses ou assalariados agrícolas, num país onde cerca de 80% da população activa trabalha na agricultura. Note-se que a percentagem de ex-trabalhadores da agricultura é ainda menor que a de migrantes residentes fora de Bissau antes da vinda, donde se pode depreender que, mesmo entre esses, apenas uma parte estava ligada à actividade agrícola.

Se a não presença de antigos empresários e dirigentes não surpreende, pelo que significa de não recrutamento de migrantes na elite no poder, já a percentagem considerável de ex-trabalhadores independentes corresponde a um traço saliente da estrutura social de Bissau, um vasto segmento constituído por vendedores ambulantes e feirantes, pequenos prestadores de serviços pessoais e trabalhadores de ofícios, pelos quais passa o fundamental da vida económica da cidade.

Entre os antigos operários, cujo peso relativo também não é, apesar de tudo, negligenciável, contavam-se igualmente trabalhadores de ofícios, neste caso de condição assalariada, além de assalariados do sector dos transportes e um pequeno número de trabalhadores da construção civil. Estes últimos são, de resto, dos poucos para quem a emigração não terá significado alteração radical da condição profissional. Ex-operários industriais são raros, à imagem do sector secundário do país.

Registe-se ainda, em termos comparativos, o perfil globalmente mais favorecido dos luso-guineenses: pertenciam com maior frequência à fracção com mais recursos das classes médias e eram com menor frequência trabalhadores independentes, operários ou camponeses. Em conjunto com origens mais urbanas e níveis de instrução mais elevados, a antiga condição de classe dos luso-guineenses permite reforçar a afirmação de que o seu recrutamento social é ainda mais selectivo que o dos imigrantes.

Também aqui a variável género interfere de forma sensível e em sentido idêntico ao já destacado. O lugar de operário era exclusivamente masculino (a sua proporção sobe por isso a 21% entre os imigrantes), as mulheres eram um pouco mais nas profissões técnicas e de enquadramento e, sobretudo, eram com muito maior frequência empregadas executantes. Das mulheres imigrantes, 56% estavam nesse lugar de classe.

Sendo, em parte, resultado da prevalência entre as migrantes de níveis de escolaridade secundária, esta distribuição mostra, ao mesmo tempo, que elas estavam ainda mais dependentes que os homens de empregos estatais, já que a esmagadora maioria dos empregados executantes trabalhava na administração pública. No caso particular das luso-guineenses, que vimos terem à chegada um nível médio de escolaridade um pouco mais baixo que os seus homólogos mas-

culinos, o que se deduz é que essa diferença aparentemente não condicionava as posições ocupadas pelo subconjunto das que exerciam profissão.

O estatuto de classe média que a maioria dos inquiridos detinha na Guiné-Bissau pode ser visualizado de maneira complementar considerando as profissões mais comuns entre eles antes da vinda para Portugal. Tanto para luso-guineenses como para imigrantes e independentemente do género, o ensino era a actividade profissional mais frequente: 20% do total dos inquiridos eram professores e desses mais de 80% eram-no no ensino secundário.<sup>15</sup> Seguiam-se empregados administrativos (16%), comerciantes e vendedores (11%) e enfermeiros (6%). Só estas quatro profissões reuniam mais de metade dos migrantes.<sup>16</sup>

A continuidade de estatuto profissional no contexto da imigração está longe de ser regra. Neste particular, a condição jurídico-social dos migrantes tem efeitos fortemente diferenciadores. A generalidade dos luso-guineenses mantém o seu estatuto, quando não o melhora, como acontece com os ex-professores, que, depois de cá completarem estudos universitários, prosseguem em Portugal profissões científicas fora do ensino; já a grande maioria dos imigrantes, pelo contrário, vive uma experiência de ruptura profissional, passando a desempenhar actividades desqualificadas na construção civil, no caso dos homens, e na hotelaria, restauração e serviços pessoais e domésticos, no caso das mulheres. Excepção é a das enfermeiras que conseguem quase todas manter o estatuto profissional, mesmo sendo imigrantes, facto a que não será estranha a grande carência em Portugal de profissionais desta área.

Como seria de esperar, o perfil globalmente favorecido dos migrantes face à sociedade de partida não é independente da sua origem social. Trata-se em parte de uma condição social herdada, como se pode ver pelos níveis de escolaridade dos pais e mães dos migrantes (quadro 14) e pela classe dos seus grupos domésticos de origem (quadro 15),<sup>17</sup> embora a própria diferença de capital escolar entre os inquiridos e os seus ascendentes, só por si, já demonstre que, paralelamente à reprodução intergeracional de condições sociais, houve numerosos trajectos de mobilidade social ascendente.

Levando em linha de conta que os pais e mães dos migrantes, tomados no seu conjunto, têm idades médias entre os 50 e os 60 anos, ou seja, que a fase escolar do seu ciclo de vida, para quem a teve, decorreu nas décadas de 40 e 50, os graus de instrução alcançados põem em evidência um estatuto que, já nesse tempo, contrastava globalmente com a sociedade onde estavam inseridos.

Vale a pena ter presente que, de acordo com os poucos dados disponíveis sobre o tema (Galli e Jones, 1987: 161), havia na Guiné, nos anos 50, apenas 13 escolas primárias geridas pela administração colonial, servindo aproximadamente 1000 alunos. O fundamental do ensino era assegurado nesse período pelas escolas de missões religiosas, estimadas entre 100 a 200, mas mesmo assim, tudo somado, o número total de estudantes não passava dos 10 000 numa população de mais de meio milhão de pessoas. Nessa época, mais até do que possuir algum nível formal de instrução, o ter ou não ido à escola era uma linha demarcadora de estatutos sociais.

Assim, o facto de ser o ensino primário o grau de escolaridade modal para os pais, tanto dos luso-guineenses como dos imigrantes, mostra estarmos, na

**Quadro 14** Nível de escolaridade dos pais e mães dos migrantes (em percentagem)

	Pais			Mães		
	IMI	L-G	Total	IMI	L-G	Total
Não sabe ler nem escrever	26,3	20,2	24,6	64,3	53,4	61,4
Sabe ler e escrever português mas não foi à escola	1,8	—	1,3	0,3	1,0	0,5
Sabe ler e escrever outra língua mas não foi à escola	8,8	5,8	8,0	7,6	3,9	6,6
Ensino primário	45,6	41,4	44,4	24,1	32,0	26,1
Ensino preparatório	9,1	16,3	11,1	2,1	3,9	2,6
Ensino secundário	4,9	9,6	6,2	1,0	2,9	1,5
Ensino médio	2,8	3,8	3,1	0,3	1,9	0,8
Ensino superior	0,7	2,9	1,3	0,3	1,0	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

**Quadro 15** Classe do grupo doméstico de origem dos migrantes (em percentagem)

	Imigrantes	Luso-guineenses	Total
Empresários e dirigentes	1,4	3,8	2,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	8,6	13,3	9,9
Trabalhadores independentes	31,7	23,8	29,6
Camponeses	34,1	27,6	32,4
Empregados executantes	12,1	20,0	14,2
Operários	12,1	11,4	11,9
Assalariados agrícolas	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

maioria dos casos, perante famílias de condição relativamente privilegiada. Apesar de elevados pelos padrões das sociedades industrializadas, os níveis de analfabetismo não deixam de apontar no mesmo sentido: no caso dos pais, eles são claramente mais baixos que os registados ainda hoje e idênticos aos actuais no caso das mães. Se fizermos a comparação com há 20 anos, como, aliás, é mais correcto em face da idade média actual dos pais e mães, verificamos que também as mães são bastante menos iletradas que a média das mulheres do país nessa data. Na mesma linha de análise, revelam-se também elucidativos os mais de 20% de famílias de origem onde o elemento masculino tem mais que o ensino primário.

A análise das origens de classe dá, por outro lado, um contributo importante para a compreensão das diferenças de condição social entre imigrantes e luso-guineenses. Como já foi dito, é já na sociedade receptora que essas diferenças assumem máxima expressão.

Os locais de nascimento e residência, o nível de escolaridade e o lugar de classe de uns e outros, ainda na Guiné, já tinham permitido perceber essas diferenças, mas é quando se analisam as respectivas origens de classe que se volta a encontrar, bem nítida, essa condição desigual. Dito de outra forma, é nesse momento que se percebe que as diferenças entre imigrantes e luso-guineenses começam nas famílias de origem, atenuam-se durante o trajecto na Guiné pelo facto

de os imigrantes se escolarizarem quase tanto como os luso-guineenses, e voltam depois a surgir em Portugal sob a forma de *status* herdados, herança na qual a componente jurídica — ter ou não nacionalidade portuguesa — desempenha papel central, embora não exclusivo.

Os níveis de escolaridade dos pais e das mães de imigrantes e luso-guineenses mostram-no com clareza. Comparando mães com mães e pais com pais, vê-se que os luso-guineenses provêm de famílias com maior capital escolar. As mães dos luso-guineenses são menos analfabetas e têm mais o ensino primário do que as dos imigrantes; os pais destes últimos têm menos frequentemente instrução pós-primária (18%) que os dos luso-guineenses (33%).

A distância máxima é a que se pode estabelecer entre os 7% de pais de luso-guineenses com ensino médio ou superior e os 64% de mães de imigrantes analfabetas. Note-se, contudo, que, independentemente do estatuto jurídico-social dos migrantes, o efeito género se faz sentir aqui uma vez mais, mas agora em sentido diverso do apontado para os próprios migrantes. As mães dos luso-guineenses são menos escolarizadas que os pais, mas também menos que os pais dos imigrantes.

Não sendo esse o único factor interveniente, as diferenças de capital escolar das famílias de origem projectam-se naturalmente na condição de classe dessas famílias. Os grupos domésticos de que são oriundos os luso-guineenses distribuem-se em maior número pelas classes e fracções de classe detentoras de maiores recursos — empresários e dirigentes, profissionais técnicos e de enquadramento e empregados executantes —, ao passo que os imigrantes descendem mais frequentemente de famílias de menores recursos — camponeses, trabalhadores independentes e operários. Vale a pena acrescentar que os núcleos conjugais das famílias de origem dos luso-guineenses são, com maior frequência, compostos por um pai activo e uma mãe doméstica, o que ilustra igualmente a vantagem de estatuto dessas famílias.

Neste ponto, justifica-se uma explicitação das razões por que se considera aqui que os empregados executantes se podem associar, em conjunto com empresários e dirigentes e profissionais técnicos e de enquadramento, a um bloco de classes e fracções de classe com mais recursos e, em particular, as razões por que se considera que eles têm mais recursos que as famílias camponesas ou de trabalhadores independentes. No contexto das sociedades industrializadas, as posições relativas dessas fracções não são geralmente entendidas deste modo.

Pierre Bourdieu, por exemplo, coloca os trabalhadores independentes, que designa por pequena burguesia em declínio, numa vasta e heterogénea faixa intermédia do espaço social das classes, ocupada também pela pequena burguesia de execução (que corresponde, *grosso modo*, aos empregados executantes) e pela pequena burguesia nova (que agrega uma parte dos aqui chamados profissionais técnicos e de enquadramento). Essas fracções das classes médias diferenciam-se não tanto pelo volume de capital de que dispõem, mas pela estrutura desse capital. Se a pequena burguesia de execução possui montantes equivalentes de capital económico e cultural, já a pequena burguesia dita em declínio tem mais do primeiro que do segundo. Os camponeses, por sua vez, ocupam no espaço social das

classes uma posição algo ambígua, “atravessados” entre as classes médias e as classes populares, mas também caracterizados por terem mais capital económico que cultural (Bourdieu, 1979).

Outro autor de referência da moderna análise de classes, o já citado Erik Olin Wright, considera que os trabalhadores independentes e os camponeses se distinguem dos empregados executantes pelo critério da propriedade dos meios de produção: os empregados executantes integram a vasta categoria dos assalariados, ao passo que os camponeses e os trabalhadores independentes se encontram numa posição em que não contratam força de trabalho, mas também não têm de vender a sua (Wright, 1985).

Numa sociedade como a guineense é outro o quadro das posições relativas dessas fracções de classe. Ser empregado executante corresponde aí à dupla condição de cidadão e assalariado, o que, do ponto de vista do capital económico, cultural e social, significa considerável distância de classe relativamente à massa do campesinato e dos trabalhadores independentes, grande parte deles na economia informal. O assalariamento, para além de uma fonte regular de rendimento em dinheiro, pressupõe igualmente alguma escolaridade, tratando-se para mais de assalariamento estatal. Estes dois traços, em conjunto com a condição urbana, representam ainda vantagem considerável em termos de capital social.

Embora naturalmente menor que o dos próprios migrantes, deve também sublinhar-se o contraste de classe entre as suas famílias de origem, independentemente de se tratar de imigrantes ou de luso-guineenses, e o conjunto da população da Guiné-Bissau.

É certo que o somatório de camponeses e trabalhadores independentes inclui, mesmo para os luso-guineenses, metade das famílias de origem e que, tal como para os imigrantes, o lugar de classe modal dessas famílias é o campesinato. Por aí se pode ver, aliás, o considerável volume de mobilidade social intergeracional, associada a mobilidade geográfica, de que os migrantes foram protagonistas, no quadro da sociedade guineense.<sup>18</sup> No entanto, esses valores estão longe dos que se podem encontrar num país onde ainda hoje cerca de 80% da população trabalha na agricultura. Se a comparação se fizer não com a actualidade, mas com o período em que os pais e mães dos imigrantes estavam plenamente inseridos na vida activa, o contraste é ainda mais vincado.

Por outro lado, o peso relativo das classes e fracções de classe com maiores recursos é também indicador desse contraste. Mesmo entre os imigrantes, o conjunto dos empresários e dirigentes, profissionais técnicos e de enquadramento e empregados executantes — conjunto que pelas suas qualificações escolares e profissionais, condição urbana e vínculo à economia formal corresponde aos sectores mais modernos da sociedade guineense — representa mais de 20% das famílias de origem.

Última nota a reter da análise das origens sociais são as consideráveis diferenças entre homens e mulheres. As mulheres, sejam luso-guineenses ou imigrantes, têm globalmente origens sociais mais altas, num duplo sentido: provêm de famílias com maior capital escolar, tanto pelo lado dos pais como pelo das mães e, com muito maior frequência de famílias de empresários e dirigentes, profis-

sionais técnicos e de enquadramento e empregados executantes. As mulheres oriundas destas três categorias são 45% contra 18% dos homens, as mães das mulheres são menos analfabetas que as dos homens (49% contra 67%) e os pais das mulheres têm mais frequentemente instrução pós-primária que os pais dos homens (39% contra 14%).

Em síntese, podem destacar-se três aspectos na condição, trajecto e origem social dos migrantes guineenses.

Em primeiro lugar, o carácter socialmente selectivo da emigração. Imigrantes e luso-guineenses, estes ainda mais que os primeiros, têm um perfil globalmente contrastante, para "cima", com a sociedade de origem. Qualquer que seja o indicador considerado, esse perfil é visível tanto para os próprios migrantes, como para as suas famílias de origem. As duas coisas têm obviamente umnexo de causalidade. O nível médio de escolaridade à chegada a Portugal e as aspirações de muitos deles no sentido de a prolongarem, por exemplo, não podem deixar de se relacionar com uma origem de classe onde o capital escolar já era para muitos sinal de distinção.

A ideia corrente quanto às características da migração africana para Portugal, e mais genericamente quanto à migração do Terceiro Mundo para a Europa, fica aqui posta em causa. É verdade que os imigrantes guineenses vêm integrar os sectores mais desqualificados do mercado de trabalho, mas isso não acontece por não terem qualificações escolares e profissionais. Neste caso, e esses dois planos nem sempre são analiticamente distinguidos, o tipo de inserção socioprofissional dos migrantes no destino não é sinónimo da composição social do fluxo migratório, no que contrasta, de resto, com outras migrações oriundas dos PALOP, nomeadamente a cabo-verdiana.

Em segundo lugar, as diferenças entre migrantes masculinos e femininos. Aquilo que fomos progressivamente encontrando em termos de naturalidade e residência, níveis de escolaridade e condição profissional das próprias migrantes recebe plena confirmação, e também um princípio de explicação, quando observamos as suas origens de classe: a selectividade social da emigração é ainda maior no caso das mulheres, podendo dizer-se que o efeito de género é suficientemente forte para anular a própria diferenciação resultante do estatuto jurídico-social dos migrantes, tão decisiva noutros aspectos.

Como compreender esse efeito de género?

Numa sociedade onde a subordinação social das mulheres é ainda norma, o que parece acontecer é que a possibilidade de deixarem voluntariamente o país (lembre-se que a maioria dos migrantes, homens ou mulheres, veio sozinha para Portugal) exige das mulheres um "suplemento" de estatuto — bem como as competências e recursos a ele associados —, que compense, no momento da decisão, o défice resultante desse papel socialmente subordinado.

Deixando de lado o caso das mulheres que emigraram acompanhando o cônjuge, e essas são poucas, menos ainda as imigrantes que as luso-guineenses, homens e mulheres só aparecem em igualdades de circunstâncias perante a migração quando estas têm um adicional de estatuto social que sustente a decisão autónoma de deixar o país, decisão que no caso dos homens, independentemente

do estatuto social, não é culturalmente questionável ou questionada, pelo contrário, é até valorizada e incentivada.

Em terceiro lugar, o facto de os migrantes serem, na grande maioria, oriundos de Bissau. O nascimento e a residência na cidade, principalmente quando acumulados, têm um significado particular. São sinónimo de socialização cruzada num espaço onde se gerou historicamente uma dinâmica intercultural, interétnica, interclassista e, mais até à independência mas mesmo depois dela, inter-racial.

Bissau é o lugar, por excelência, daquilo que o sociólogo guineense Rui Ribeiro (1986) designa por “sociedade crioula”, aquele segmento da sociedade guineense que, através da colonização e da estruturação social daí resultante, viveu de forma mais directa a articulação entre a cultura portuguesa e as sociedades e culturas africanas autóctones. Segundo o autor, fazem parte desse segmento os que vivem e trabalham na região de Bissau, têm algum grau de miscigenação interétnica ou inter-racial nas suas famílias, dominam melhor a língua portuguesa, estão inseridos em estruturas familiares mais europeizadas e que, do ponto de vista religioso, mais influenciados foram pela matriz católica do país colonizador (Ribeiro, 1986: 86-117).

Com a emigração, essa sociedade crioula é largamente “transposta” para Portugal. Os luso-guineenses faziam indubitavelmente parte dela e, pela origem urbana e pela sua extracção, trajecto e condição social, grande maioria dos imigrantes também.

### **Auto-identificações étnicas**

A identificação étnica, e a compreensão nesse quadro do que significa a ideia de criouldade na Guiné-Bissau, é um indicador indispensável para completar o retrato dos migrantes guineenses, com a sociedade de origem em fundo.

Antes de mais, importa esclarecer que essa identificação foi obtida através de uma pergunta aberta, deixando aos inquiridos a possibilidade de se autodefinirem livremente. Quer a grande diversidade de etnias reconhecíveis na Guiné-Bissau, quer o carácter complexo e mutável das filiações étnicas o aconselhavam à partida. Essa opção metodológica revelou-se acertada. Não só se encontraram, como seria de esperar, auto-definições muitíssimo variadas, algumas impossíveis de prever, como permitiu perceber que muitos inquiridos não se definem a si próprios nesses termos, não atribuindo às filiações étnicas significado especial ou manifestando mesmo uma atitude de desvalorização face a elas. No mesmo sentido, é sintomático que muitos dos que se auto-classificaram o tenham feito apenas de forma indirecta, dizendo: o meu pai e a minha mãe são de etnia papel ou manjaca, logo eu sou papel ou manjaco.

A relatividade com que as filiações étnicas foram encaradas por muitos migrantes não significa, contudo, que elas não sejam uma característica relevante da sociedade e da cultura guineenses e que os efeitos dessas filiações não se prolonguem no contexto de imigração. É por isso indispensável conhecer a diferenciação étnica da sociedade de partida e identificar face a ela aqueles que emigram para Portugal.

As etnias da Guiné são mais de 20. Para além do sector minoritário que configura a referida “sociedade crioula”, os principais grupos são, por ordem decrescente de dimensão, os Balantas, uma etnia animista que representa 27% da população total, distribuída pelo Centro e Sul do país, que se distingue tradicionalmente, no plano da actividade económica, pelo cultivo de arroz; os Fulas (23%) e os Mandingas (12%), etnias muçulmanas, predominantes nas zonas do Interior Norte e Leste, junto à fronteira com o Senegal e a Guiné-Conacri, as quais, para além de agricultores, são criadores de gado, artesãos e comerciantes; os Manjacos (11%) e os Papéis (10%), povos do litoral, os primeiros animistas e também predominantemente agricultores, os segundos concentrados na região da capital e, por isso mesmo, tendo incorporado mais a cultura do país colonizador, incluindo no plano religioso.<sup>19</sup> É justamente neste último grupo étnico que as afinidades e sobreposições históricas com a sociedade crioula são mais expressivas.

Numa outra perspectiva, mais sintética, pode dizer-se que a população da Guiné-Bissau comporta três componentes, que se diferenciam entre si em função da respectiva origem histórica: as “sociedades indígenas”, as “sociedades arabógenas”, produtos da influência árabe, e as “sociedades europógenas”, resultantes da influência europeia, nomeadamente portuguesa (Lepri, 1986).

A religião e a língua são dois eixos fundamentais desta diversidade.

Globalmente, e de acordo com os dados disponíveis, os animistas representam 60% da população, os muçulmanos 35% e os católicos apenas 5%. É provável que este último número esteja subestimado. Não só a declaração oficial como católico num regime de partido único de orientação marxista não seria feita, nas operações censitárias, inteiramente à vontade, como é certo que, a partir dos anos 80, a Igreja Católica aumentou a sua influência. Em anos mais recentes, assistiu-se igualmente à implantação no país de novas organizações religiosas, como a Igreja Maná ou a Igreja Universal do Reino de Deus.

Todo o mosaico étnico da sociedade guineense encontra, por outro lado, tradução específica no plano linguístico. A maioria dos grupos étnicos, mesmo de dimensão mais reduzida, tem a sua língua própria e, no caso da língua fula, há mesmo uma forma de escrita, que utiliza os caracteres árabes com signos diacríticos para os adaptar à sua pronúncia específica. Nas etnias muçulmanas, a identidade religiosa e, por essa via, a leitura e a escrita têm o seu veículo privilegiado de reprodução nas escolas corânicas, espalhadas um pouco por todo o território, mas obviamente com maior incidência nas zonas habitadas predominantemente por muçulmanos, zonas essas onde as taxas de cobertura e de frequência do sistema de ensino oficial são justamente mais baixas.

Para além das línguas ditas étnicas, há o crioulo, único veículo linguístico com alguma expressão nacional, e só depois o português, falado por uma pequena minoria. De acordo com dados censitários de 1979,<sup>20</sup> 11% dos guineenses falam o português, 44% o crioulo e a restante população apenas as línguas étnicas: o balanta e o fula são falados respectivamente por 25% e 20% dos guineenses, o mandinga por 10% e o manjaco por 8%. Os dados sobre os falantes do português podem, ainda assim, estar sobreavaliados, pois, como nota Carlos Lopes, “socialmente declarar-se falante de português significa posicionar-se com um maior índice de escolarização” (Lopes, 1988: 239-240).

De todos os cinco PALOP, a Guiné-Bissau é aquele onde a posição do idioma português é mais frágil.<sup>21</sup> Para além das línguas étnicas, ainda fortemente implantadas nas zonas de maior concentração das etnias que as falam, o português sofre, sobretudo, a concorrência do crioulo, o veículo mais provável de uma virtual unificação linguística no país.

A expansão do crioulo começa com a guerra de libertação, já que era o suporte linguístico por excelência e o portador da mensagem política do PAIGC. Depois da independência, e paralelamente a uma opção estratégica pela língua portuguesa como idioma oficial, as autoridades guineenses reabilitam e promovem o crioulo, oficialmente marginalizado ou desvalorizado na época colonial. Hoje o crioulo continua em expansão, vai conquistando terreno às línguas étnicas através das camadas etárias mais jovens, dos aparelhos da administração pública e das relações comerciais dentro do espaço nacional guineense.<sup>22</sup>

O estatuto oficial da língua portuguesa, embora importante nas relações políticas, económicas e culturais com o exterior e, internamente, em alguns espaços institucionais como a escola, opção longe, aliás, de ser pacífica, não encontra tradução generalizada na vida quotidiana e não é em português que a grande maioria dos guineenses aprende a falar.<sup>23</sup>

Em termos prospectivos, há, no entanto, factores que podem reforçar a posição do português no quadro linguístico da Guiné-Bissau.

Uma variável nova, cujos efeitos ao nível da língua ainda é cedo para avaliar, é a televisão. Falada em português, o seu surgimento há alguns anos, na sequência do que aconteceu nos outros PALOP, terá certamente consequências no plano da difusão linguística que importa não perder de vista. Outra é a própria emigração. Para além da socialização linguística directa dos migrantes enquanto em Portugal, eles não deixarão de funcionar como difusores dessa socialização linguística, tanto através das idas e vindas periódicas, como, sobretudo, depois de futuros regressos ao país de origem. Finalmente, não se deve negligenciar o que o já citado Carlos Lopes considera ser a relação preferencial com o português e a cultura portuguesa por parte das “camadas no poder”: o português, “se não é falado por todos, é admirado como língua de referência da cultura, que para a esmagadora maioria da pequena burguesia guineense é a portuguesa. Lisboa é ainda a “metrópole”, onde jogam os clubes de que se gosta, as modas que se seguem ou os filmes que se quer ver” (Lopes, 1988: 240).

A diferenciação étnica guineense, produto de uma longa sedimentação histórica durante a qual várias influências se cruzaram, não pode, no entanto, ser entendida estaticamente. Como em todas as dimensões das identidades colectivas, combinam-se aí vectores de durabilidade e mudança. O conceito de etnicidade recobre fenómenos que podem ter características de longa duração, identidades enraizadas porque também herdadas, mas que estão igualmente sujeitas a variações e mudanças de acordo com as circunstâncias históricas e os contextos concretos de acção.

Falar dos Manjacos, Fulas ou Balantas não é falar, portanto, de grupos de fronteiras bem definidas, de fora e de dentro, com identidades imutáveis. Já tem sido sublinhada, por exemplo, a necessidade de distinguir a este respeito filiações

étnicas e filiações religiosas (Jao, 1995). Embora minoritariamente, podem encontrar-se manjacos e balantas muçulmanos, assim como fulas ou mandingas que não o são, continuando na mesma a definir-se como pertencentes a essas etnias. A faceta mais circunstancial das filiações étnicas está também patente na atitude das pessoas que a seguir à independência, depois de no tempo colonial terem reivindicado uma ascendência exógena, de preferência portuguesa, “passaram a fazer o mesmo, mas desta vez com base em referências internas (...), como por exemplo ‘a mãe do meu pai era Papel, Mancanha, Fula’” (Jao, 1995: 23).

A luta armada pela independência dirigida por um movimento político interétnico, a acção integradora de um Estado nacional (Dias, 1994), a expansão de uma escola laica misturando jovens islâmicos, animistas e cristãos, as características de tolerância do islamismo guineense (Fernandes, 1994: 41) e o já citado papel unificador do crioulo como língua de comunicação geral são outros factores que devem ser tidos em conta para evitar interpretações essencialistas das filiações étnicas na Guiné-Bissau actual.

Neste quadro e feita a prevenção, vejamos então como é que os migrantes guineenses se autodefinem em termos étnicos.

O primeiro aspecto a destacar da leitura do quadro 16, onde se procedeu à agregação de 37 identificações étnicas diferentes,<sup>24</sup> é que as filiações dos migrantes estão longe de reproduzir, em termos proporcionais, a diferenciação étnica da Guiné-Bissau. Do mesmo modo que a extracção social dos migrantes não reflecte a composição da sociedade guineense, seja em termos de origem de classe, zona de residência, capital escolar ou condição socioprofissional, também a filiação étnica traduz o carácter selectivo da emigração. Selecção social e selecção étnica estão estreitamente ligadas.

Comparando com o peso relativo que têm na Guiné-Bissau, há categorias sobrer-representadas e sub-representadas. Na primeira situação encontram-se os papéis — os mais numerosos quando se consideram individualmente os diferentes grupos — os manjacos e os mancanhas. No conjunto estas três categorias agregam mais de 37% dos imigrantes, enquanto na Guiné-Bissau não chegam a 25% da população. Na segunda situação estão todas as restantes etnias, embora com graus de sub-representação variados. A maior diferença é a dos balantas, que representam 27% da população do país e apenas 6% dos migrantes, enquanto no que respeita às etnias muçulmanas a sub-representação é menor: 35% na Guiné contra 22% na população migrante. Os fulas, etnia muçulmana maioritária na Guiné (23%), são-no também entre os migrantes (14%).

A sobrerrepresentação dos papéis, por um lado, e dos manjacos e mancanhas,<sup>25</sup> por outro, deve-se a razões parcialmente diferentes. A concentração dos papéis na zona de Bissau, região onde, como vimos, se recruta a grande maioria dos migrantes, explica a forte presença de pessoas dessa origem entre os guineenses fixados em Portugal. A etnia papel foi, de resto, a mais envolvida nas dinâmicas de crioulação na Guiné-Bissau, como o prova a substituição do papel pelo crioulo nas gerações mais novas. O idioma papel é hoje dominado apenas pelos mais velhos, processo que não ocorreu com a mesma extensão nas outras línguas étnicas.

**Quadro 16** Pertença étnica dos migrantes e das famílias de origem (em percentagem)

	Migrantes			Fílias de origem		
	IMI	L-G	Total	IMI	L-G	Total
Papéis	16,8	19,4	17,5	11,5	9,4	11,0
Manjacos e Mancanhas	22,3	12,2	19,8	21,9	6,3	18,0
Fulas, Mandingas e outros muçulmanos	22,7	19,4	21,9	19,2	17,7	18,8
Outras etnias	13,1	9,2	12,1	6,6	9,4	7,3
Misturas entre etnias	14,1	14,3	14,1	20,6	22,9	24,2
Misturas com não guineenses	7,2	8,2	7,5	20,2	34,4	20,9
Não se definem etnicamente	3,8	17,3	7,2	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995).

Já no que se refere aos manjacos e mancanhas, mais aos primeiros que aos segundos, devem destacar-se, para além do facto de muitos deles residiram também em Bissau antes da vinda, as suas experiências migratórias anteriores para a Europa. Como foi mencionado no início, há uma tradição de algumas décadas de emigração intercontinental de manjacos e mancanhas, nomeadamente para França. As disposições para emigrar estarão, por isso mesmo, especialmente presentes entre os membros dessas etnias através de exemplos próximos nas famílias, nas redes de amizade ou de vizinhança. A sua emigração para Portugal pode assim entender-se como nova expressão de uma “cultura migratória”, singular no contexto da sociedade guineense.

Note-se, em apoio ao que acaba de ser dito, que os imigrantes são com muito maior frequência de origem manjaca do que os luso-guineenses: apenas 6% destes provêm de famílias com pai e mãe manjacos, ao passo que entre os imigrantes isso acontece em 22% dos casos. Em contrapartida, a identificação como papel é mais comum entre os luso-guineenses.

Tanto ou mais que a sobrerrepresentação de algumas etnias e a sub-representação de outras, é notória a proporção elevada de migrantes que se definiram como “mistos”, ou usando expressamente essa palavra na resposta dada ou explicitando as misturas étnicas, raciais ou de origem nacional existentes nas famílias de origem. Como se pode ver no quadro 16, 45% dos migrantes descendem de famílias onde houve mistura de etnias ou mistura entre guineenses e não guineenses, umas e outras em proporção quase igual. Mesmo em termos de autodefinição, são mais de 20% os que invocam duplas referências, do tipo “sou balanta pelo lado do pai e papel pelo lado da mãe” ou “sou mistura de papel com Cabo-verdiano”.

As misturas endógenas traduzem, antes de mais, a dinâmica histórica de mobilidade da população guineense no interior do seu território. A par da emigração transfronteiriça para o Senegal e da de longo curso para a Europa, as migrações internas sempre foram intensas durante este século. Ainda na década de 50, o já citado António Carreira referia que os grupos étnicos já não estavam confinados aos seus territórios habituais e chamava a atenção para o aumento dos casamentos inter-étnicos (citado por Crowley, 1993: 107). Bissau, muito particular-

mente, sendo o ponto principal de convergência desses movimentos internos de população, tornou-se um espaço de mistura interétnica, o que sem dúvida se reflecte nas respostas dos migrantes, eles próprios oriundos em grande parte da capital guineense.<sup>26</sup>

Mas se é verdade que essas misturas envolvem praticamente todas as etnias da Guiné, reflectindo a auto-identificação dos inquiridos esse processo alargado de constituição de famílias etnicamente mistas, é de realçar que elas ocorrem com muito maior frequência com pessoas de etnia papel, homens ou mulheres. Mais de metade das famílias mistas endógenas incluem um pai ou uma mãe papel. O facto de Bissau ser a zona histórica de concentração dessa etnia e de o recrutamento dos migrantes aí ser feito em tão alta proporção ajuda também a explicar que seja esse o padrão prevaemente nas misturas endógenas.

Relativamente às misturas com não guineenses, trata-se principalmente de famílias em que o pai, a mãe ou alguém na geração anterior são cabo-verdianos. Pessoas desta origem estão em mais de 70% das famílias de mistura exógena, o que se compreende pela história comum dos dois países, incluindo a ligação política forjada na luta pela independência e prolongada até ao início dos anos 80.

Para além de cabo-verdianos, há bastantes portugueses, alguns africanos de outras origens, como senegaleses ou angolanos, e ainda libaneses, fixados em pequeno número na Guiné-Bissau, como comerciantes, há muitas décadas. Nos casos em que houve miscigenação com portugueses ela foi feita quase sempre no masculino, seguindo, de resto, uma regra comum às relações raciais nas restantes ex-colónias portuguesas e na generalidade das ex-colónias africanas de outros países europeus. Enquanto 21% dos migrantes de famílias mistas exógenas têm pais portugueses ou descendentes de portugueses, só 2% deles têm mães com origem idêntica.

Luso-guineenses e imigrantes distinguem-se claramente pela frequência com que pertencem a famílias mistas exógenas. Isso acontece com 34% dos luso-guineenses contra 20% dos imigrantes. Esse é, de resto, um dos factores que mais contribuem para o perfil social comparativamente favorecido dos luso-guineenses. A ascendência cruzada com pessoas de origem portuguesa ou cabo-verdiana é sinónimo, quase sempre, de estatuto social mais alto.

No caso dos portugueses, isso é o resultado óbvio da sua posição dominante na hierarquia da sociedade colonial, sendo também a via principal através da qual o direito à nacionalidade portuguesa, distintivo da condição luso-guineense, é adquirido.

Quanto aos cabo-verdianos, é preciso ter presente que eles formaram durante a época colonial, especialmente na Guiné mas também em Angola e Moçambique, uma camada de estatuto social intermédio entre os portugueses e as populações autóctones. Os lugares de autoridade média no aparelho administrativo colonial (administradores e, sobretudo, chefes de posto) eram muitas vezes ocupados por cabo-verdianos. A política colonial portuguesa em matéria de desenvolvimento do sistema de ensino, política que beneficiou Cabo Verde comparativamente às restantes ex-colónias, está na origem desse posicionamento relativamente privilegiado. Cabo Verde foi sempre a colónia onde a população local tinha níveis de

analfabetismo mais baixos e a mais alta percentagem de universitários (Cabral, 1993: 5; Mendy, 1993: 27).

Acrescente-se ainda que são muito mais as mulheres do que os homens que provêm de famílias mistas exógenas: 27% contra 7% entre os imigrantes e 40% contra 26% no caso dos luso-guineenses. Na sequência do que ficou dito quanto ao efeito de género, confirma-se plenamente que é no subconjunto feminino, mais do que em qualquer outra categoria, que assume máxima expressão a selectividade da migração — social, residencial e étnica.

A proporção de migrantes que não se definiu etnicamente quer dizendo não pertencer a qualquer etnia, quer afirmando apenas a sua origem nacional de guineense é outro ponto a sublinhar na leitura do quadro 16, até porque põe bem em evidência que as identidades étnicas, na Guiné-Bissau como em qualquer outra sociedade, não são lineares nem estáticas.

Se no caso dos imigrantes essa foi a resposta menos comum de todas (4%), da parte dos luso-guineenses foi quase cinco vezes mais frequente e a terceira na lista geral das respostas. A definição não étnica destes inquiridos está estreitamente correlacionada com a existência de misturas exógenas nas suas famílias de origem. Dos luso-guineenses que responderam deste modo, 80% e 75% tinham, respectivamente, pais e mães de origem não guineense, o mesmo acontecendo com 64% e 50% dos pais e mães dos imigrantes com resposta idêntica. Sendo, como acabámos de ver, o peso relativo das misturas exógenas mais elevado nas famílias dos luso-guineenses, são igualmente eles que menos se autodefinem etnicamente. Por outro lado, o facto de num e noutro tipo de migrantes também haver quem, mesmo não tendo ascendentes não guineenses, descarte essa autodefinição é mais uma prova de que a referência étnica não tem para todos o mesmo significado.

Embora abaixo do peso demográfico que têm na Guiné-Bissau, merecem destaque, por fim, os inquiridos pertencentes a etnias predominantemente muçulmanas, em particular fulas e, em menor número, mandingas. Para além da identidade religiosa forte, que é transposta para o contexto de imigração, e da relação de masculinidade bem acima da média, este subgrupo distingue-se também por incluir migrantes de extracção rural e camponesa, que migram directamente do interior do país ou depois de uma breve passagem pela capital. São jovens de famílias criadoras de gado ou comerciantes, as quais, ao contrário do que acontece com a generalidade da população rural, detêm recursos económicos suficientes para custear as despesas da sua vinda para Portugal.

Sendo esta uma situação característica dos imigrantes propriamente ditos, entre os muçulmanos de nacionalidade portuguesa encontra-se um outro tipo de protagonistas e trajectos. Trata-se de homens bastante mais velhos, sobretudo fulas, que adquiriram direito à nacionalidade por terem mantido uma ligação formal ao Estado português, seja porque combateram do lado português durante a guerra, seja por terem ocupado postos inferiores (sipaios, por exemplo) na administração colonial. Tanto pela filiação religiosa como pela origem e condição social mais desfavorecida, este segmento tem, entre os luso-guineenses, uma posição particular.

Da leitura de conjunto do quadro 16 o que resulta, contudo, mais significativo é que a categoria mais numerosa acaba por ser, tanto entre imigrantes como entre

luso-guineenses, a daqueles que não se atribuíram pertença étnicas exclusivas ou “puras” ou sequer quaisquer pertenças desse tipo. Se somarmos a esses os que se definiram como papéis, o que faz todo o sentido se tivermos em conta que essa etnia conheceu, mais que qualquer outra, um processo de criouliização cujo centro foi Bissau, o que encontramos é afinal a referida “sociedade crioula” transposta para a imigração. Nesse sentido, podemos dizer que são crioulos 42% dos imigrantes e 59% dos luso-guineenses, ou seja, o conjunto correspondente ao somatório dos itens “misturas entre etnias”, “misturas com não guineenses”, “não se definem etnicamente” e “papéis”.

Sublinhe-se, para terminar, a relação que existe entre a extracção social dos migrantes e o tipo de identificação étnica por eles assumida. Embora essa lógica não seja exclusiva, há uma tendência para identificações étnicas mais fracas entre os migrantes que tinham estatutos sociais mais altos na Guiné e para identificações desse tipo mais fortes entre os de estatuto mais baixo.

Na maioria “crioula”, o esbatimento da etnia enquanto referência identitária — seja pelo destaque dado a ascendentes não guineenses ou às misturas entre etnias, seja pela rejeição liminar dessa referência — está justamente ligado a um perfil social que vimos mais favorecido em vários aspectos. O mesmo se pode inferir, dado o efeito selectivo de género já mencionado, de serem mais as mulheres do que os homens que afirmam não pertencer a qualquer etnia e de essa não identificação étnica ser mais comum entre os nascidos em Bissau.

Já os migrantes menos escolarizados, de origens sociais mais baixas, nascidos fora da capital e que tinham, antes da vinda, situações profissionais de menor estatuto são os que menos rejeitam a identificação étnica, menos invocam ascendências mistas e mais frequentemente se assumem, em termos “puros”, como manjaco, mancanha, fula ou mandinga. É também entre os migrantes dessas etnias que se encontram, significativamente, as menores proporções de mulheres.

Resta saber, na hipótese de a migração guineense para Portugal continuar, se este padrão de recrutamento social e étnico se manterá. Metade dos imigrantes chegados depois de 1990 são fulas, mandingas, manjacos ou mancanhas. Se isso for prenúncio de tendência futura, é de presumir que o recrutamento de migrantes poderá, pelo contrário, reforçar-se nos sectores da sociedade guineense até aqui sub-representados. Nesse cenário, não só aumentaria a diferenciação interna dos guineenses em Portugal, como se acentuariam os seus contrastes culturais com a sociedade portuguesa.

## Notas

- 1 Os trabalhos citados por Galli são os seguintes: António Carreira e A. Martins de Meireles, “Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné Portuguesa”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. 14, 53, 1959, pp. 7-21, e Avelino Teixeira da Mota, “Notas sobre o povoamento e a agricultura indígena na Guiné Portuguesa”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Vol. 6, 23, 1951, pp. 657 e 690.

- 2 Relativamente à presença guineense em França, não há números disponíveis. De qualquer modo, é significativo que, numa lista das populações estrangeiras contabilizadas em França pelo recenseamento de 1991 (Bernard, *op. cit.* pp. 62-63), os guineenses não apareçam entre os contingentes com efectivos acima dos 4000 indivíduos, ao contrário do que acontece com os cabo-verdianos (5947) e com os angolanos (4269).
- 3 Inquérito realizado, em 1995, a uma amostra representativa da população guineense residente em Portugal, no âmbito de um projecto de investigação intitulado “Guineenses em Portugal — etnicidade e integração”, financiado pela JNICT e da responsabilidade do autor.
- 4 O salto registado no gráfico 1 entre 1993 e 1994 deve-se mais ao resultado do processo de regularização extraordinária de imigrantes ilegais ocorrido nesse data do que propriamente a um pico no volume de chegadas.
- 5 Em nome do rigor, importa dizer que esses efectivos dizem respeito mais exactamente aos indivíduos de nacionalidade portuguesa nascidos na Guiné-Bissau. Uma parte deles serão, portanto, pessoas de ascendência europeia, nascidos em famílias portuguesas radicadas na Guiné-Bissau no tempo colonial. Essa componente é, no entanto, diminuta. Ao contrário do que aconteceu em Angola e em Moçambique, a Guiné nunca foi uma colónia de povoamento e o número de crianças aí nascidas filhas de portugueses metropolitanos foi muito reduzido. Para uma justificação mais completa ver Fernando Luís Machado, “Luso-africanos em Portugal — nas margens da etnicidade”, *Sociologia — Problemas e Práticas*, 16, 1994, pp. 114-115.
- 6 Este valor, que em face da composição sexual dos migrantes guineenses à chegada à Portugal é surpreendentemente elevado, resulta, por um lado, de um número elevado de filhos por mulher e, por outro, das ligações conjugais estabelecidas já no contexto da imigração quer entre guineenses, quer de homens guineenses com mulheres de outras origens.
- 7 Para uma sistematização de critérios de classificação de migrações, em função do fluxos, dos contextos e dos actores, ver Pires (1993: 183).
- 8 Para maior clareza na análise das origens geográficas dos migrantes, optei por fazer equivaler “urbano” apenas a Bissau, deixando de lado outros centros, como Bafatá, Cacheu e todas as restantes capitais de região, formal e administrativamente também consideradas cidades. São de tal monta as diferenças de estatuto, dimensão e quadro cultural entre Bissau e esses centros que essa simplificação tem, tudo ponderado, mais vantagens do que inconvenientes.
- 9 Dados do *Relatório do Desenvolvimento Humano* (1996), Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1996. Apesar de já desactualizado nos números, pode ver-se, para uma panorâmica sobre o ensino na Guiné-Bissau, *A Educação na República da Guiné-Bissau. Análise Sectorial*, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1986, da autoria de António Guterres, Eduardo Marçal Grilo, Luís Lamas e Roberto Carneiro.
- 10 As designações dos graus de ensino na Guiné-Bissau não são as apresentadas no quadro 11. Optei, por uma questão de clareza, por designações mais próximas das existentes em Portugal. O que é importante reter, no entanto, é que as durações

- dos vários graus são as mesmas, com excepção do segmento final do secundário, que termina no 11<sup>º</sup> ano e não no 12<sup>º</sup> ano como em Portugal.
- 11 Como a designação indica, não se trata aqui, em rigor, de analfabetos. Mais de um terço das pessoas que não sabem ler nem escrever português são migrantes muçulmanos que sabem ler e, em alguns casos escrever, árabe, frequentadores que foram das muitas escolas corânicas existentes na Guiné-Bissau. Estas escolas são uma realidade antiga no país e continuam hoje firmemente implantadas. Nas regiões predominantemente habitadas por muçulmanos, como Bafatá e Gabu, no Leste, há de resto uma correlação evidente entre a presença de escolas corânicas e as taxas de frequência do sistema de ensino, mais baixas do que no resto do território.
  - 12 Carlos Lopes, *Para Uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988, pp. 239-243.
  - 13 Algumas famílias muçulmanas das regiões de Gabu e Bafatá vendem cabeças de gado para financiarem as despesas de emigração dos seus filhos.
  - 14 Recursos em qualificações, recursos organizacionais e propriedade de meios de produção são os três critérios estabelecidos por Olin Wright (1985) para definir uma matriz multidimensional de lugares de classe nas sociedades contemporâneas. O critério da propriedade separa assalariados e patrões, distinguindo ainda do lado destes últimos três posições conforme o montante dos recursos detidos; a posse de qualificações, escolares ou profissionais, caracteriza os que ocupam lugares técnicos e de concepção na divisão de trabalho; a posse de recursos organizacionais confere poder de decisão e autoridade hierárquica sobre outros profissionais. Do lado dos assalariados, surgem três tipos de situações: há lugares de classe que combinam recursos organizacionais e qualificações, outros caracterizam-se pela existência de um só dos dois tipos de recursos e outros ainda estão desprovidos de qualquer deles.
  - 15 Na Guiné-Bissau, a posse de escolaridade secundária complementar, completa ou incompleta, permite leccionar não só ao nível primário como no secundário geral.
  - 16 Discriminando por tipo de migrantes e sexos, vê-se que o primeiro lugar dos ex-professores é ainda mais destácado nos luso-guineenses. A profissão de enfermeira é a mais comum do lado feminino: 25% das luso-guineenses e 16% das imigrantes tinham essa actividade. Entre as últimas, só as dactilógrafas (21%) as suplantavam. A diferenciação por sexos faz-se sentir também nos ex-professores. Embora muitas mulheres também exercessem actividade docente — as professoras eram as terceiras na lista das profissões femininas mais frequentes tanto para as imigrantes como para as luso-guineenses —, é no sector masculino que se regista a percentagem mais elevada: 39% dos luso-guineenses eram professores.
  - 17 Para a identificação dos lugares de classe das famílias de origem adoptou-se a matriz de construção de lugares de classe de grupos domésticos apresentada em Almeida, Costa e Machado (1988), e a mesma tipologia agregada utilizada para classificar os lugares de classe dos migrantes na Guiné-Bissau.
  - 18 A matriz de mobilidade social resultante do cruzamento do lugar de classe dos migrantes com o dos seus grupos domésticos de origem mostra efectivamente

taxas elevadas de mobilidade intergeracional de sentido ascendente. Tanto no caso dos luso-guineenses como no dos imigrantes, verifica-se nomeadamente que boa parte dos inquiridos que ocupavam na Guiné lugares de profissionais técnicos e de enquadramento são oriundos do campesinato. De referir, por outro lado, taxas significativas de reprodução do lugar de classe, maiores entre os luso-guineenses, naqueles casos em que os grupos domésticos de origem já eram de profissionais técnicos e de enquadramento.

- 19 Para desenvolvimentos sobre a diversidade étnica da Guiné-Bissau, ver Carlos Lopes, *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987, pp. 13-64.
- 20 O recenseamento guineense mais recente é de 1991, mas dele não há ainda dados publicados relativamente à situação linguística.
- 21 Sobre a expressão da língua portuguesa nos PALOP, ver Manuel Ferreira, *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?*, Lisboa, Edições A Preto e Branco, 1988. Para ilustrar a diversidade de situações e de modalidades de evolução este autor fala de processos de guineização, cabo-verdianização, angolanaização, moçambicanização e são-tomensização do português.
- 22 Para um estudo exaustivo sobre o crioulo, ver Benjamim Pinto Bull, *O Crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e Sabedoria*. Lisboa e Bissau, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau), 1989, 352 pp.
- 23 Para análises sobre a realidade e processos de transformação linguística da Guiné-Bissau, ver Mário Santos, "Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 4, 1987, e Ibrahim Djaló, "Contribuição para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 3, 1987.
- 24 Tão elevado número de respostas tanto na auto-identificação dos inquiridos, como na identificação por eles feita dos seus pais e mães deve-se, sobretudo, às muitas situações de identidade mista, quando pai e mãe são de etnias diferentes. No que se refere às etnias predominantemente muçulmanas, para além de fulas e mandingas, foram recenseados biafadas, mansoncas, felupes, nalus e outros. Agregaram-se a estas categorias todos os casos de misturas entre pais e mães de diferentes etnias muçulmanas. A categoria "outras etnias" agrega balantas, bijagós e as pessoas que se identificaram como de etnia "geba" ou "cacheia", casos que não correspondem propriamente a filiações étnicas, tal como são reconhecidas na Guiné, mas às áreas geográficas com esses mesmos nomes. Relativamente às famílias de origem, começou por se estabelecer uma matriz cruzando as identificações étnicas de pais e mães e só depois se procedeu à agregação nas sete categorias do quadro. Este procedimento revelou-se mais adequado do que a apresentação separada das filiações de pais e mães, em que a unidade que constituem os grupos domésticos não seria reconstituída. As filiações separadas de pais e mães podem também ser encontradas em anexo. Acrescente-se que, sendo a resposta sobre a filiação étnica dos pais dada pelos inquiridos, não é certo que a composição étnica resultasse igual se a resposta fosse dada pelos próprios pais e mães, nomeadamente naqueles casos em que os inquiridos disseram

- que os país não se autodefinem etnicamente. Por essa razão, as poucas vezes em que isso aconteceu não foram contabilizadas.
- 25 A agregação numa só categoria de manjacos e mancanhas (também conhecidos por brâmes) justifica-se pelas afinidades a vários níveis entre estas duas etnias. São predominantes nas mesmas zonas do Norte da Guiné, são ambas animistas, ambas têm tradição migratória, além de outras afinidades socioculturais e familiares (Jao, 1992). Diga-se, de resto, que essas afinidades se estendem, pelo menos historicamente, aos Papéis. Estes foram, no entanto, mantidos enquanto categoria autónoma devido à sua concentração na região de Bissau e às consequências daí decorrentes em termos de criouliização.
- 26 De forma mais precisa, importa dizer que em Bissau não tem só lugar essa espécie de *melting pot* à escala guineense, decorrente do casamento interétnico e das dinâmicas de criouliização atrás assinaladas. Há também um processo de sentido diferente, embora aparentemente menos vigoroso, que é o da formação de subcomunidades étnicas que mantêm a distintividade das suas referências culturais, em termos religiosos, linguísticos ou de endogamia. Embora os migrantes estejam longe de constituir uma amostra representativa do universo dos habitantes do Sector Autónomo de Bissau, isso pode deduzir-se do facto de entre os aí nascidos, e mais ainda entre os que aí residiam tendo nascido noutras regiões, haver um número não desprezável de inquiridos que se dizem fulas, manjacos, mandingas ou de outras etnias historicamente implantadas fora da capital.

### Referências bibliográficas

- Almeida, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado (1988), "Famílias, estudantes e universidade — painéis de observação sociográfica", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- Alpalhão, João António, e Victor M. Pereira da Rosa (1983), *Da Emigração à Aculturação — Portugal Continental e Insular no Quebeque*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.
- Amaro, Rogério Roque (1985), *Caracterização dos Cabo-Verdianos residentes em Portugal, a partir dos dados do Recenseamento de 1981*, Lisboa, policopiado.
- Baganha, Maria Ioannis Benis (1993), "Principais características e tendências da emigração portuguesa", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Vol. I, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 819-835.
- Baganha, Maria Ioannis B., e João Peixoto (1996), "O estudo das migrações nacionais", in J. M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-239.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bull, Benjamim Pinto (1989), *O Crioulo da Guiné-Bissau. Filosofia e Sabedoria*, Lisboa e Bissau, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Portugal)/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Guiné-Bissau).

- Cabral, Jorge (1993), "O desafio da afirmação do português como língua de comunicação internacional", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 15, pp. 3-35.
- Cardoso, Carlos (1994), "A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 17, pp. 5-30.
- Chrissantaki, Palmera, e Erwin Kuiper (1994), "Les Africains en Europe: un portrait en chiffres", *Revue Européennes des Migrations Internationales*, Vol. 10 (3), pp. 189-199.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, 105-106, pp. 193-221.
- Crowley, Eve L. (1993), "Chefes de posto e chefes de terra: dinâmica de dominação e autodeterminação na região de Cacheu", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 15, pp. 97-138.
- Dassetto, Felice (1990), "Pour une théorie des cycles migratoires", in Albert Bastenier, Felice Dassetto (orgs.), *Immigrations et nouveaux pluralismes. Une confrontation de sociétés*, Bruxelas, De Boeck-Wesmael, pp. 11-39.
- Dias, Eduardo Costa (1994), "Guiné-Bissau: dinâmicas sociais senegambianas, fronteiras e soberania nacional", *Forum Sociológico*, 4, pp. 113-123.
- Djaló, Ibrahim (1987), "Contribuição para uma reflexão-educação: multilinguismo e unidade nacional", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 3.
- Fernandes, Raul Mendes (1994), "Processo democrático na Guiné-Bissau", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 17, pp. 31-43.
- Ferrão, João (1982), "Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-1970)", *Fini terra (Revista Portuguesa de Geografia)*, XVII (34), pp. 223-265.
- Ferreira, Manuel (1988), *Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?*, Lisboa, Edições A Preto e Branco.
- Galli, Rosemary E., e Jocelyn Jones (1987), *Guinea-Bissau. Politics, Economics and Society*, Londres, Frances Pinter (Publishers).
- Guterres, António, Eduardo Marçal Grilo, Luís Lamas e Roberto Carneiro (1986), *A Educação na República da Guiné-Bissau. Análise Sectorial*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Hochet, Anne-Marie (1983), *Paysanneries en Attente — Guinée-Bissau, Dacar, Environnement Africain*.
- Jackson, John A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Escher.
- Jao, Mamadu (1992), "Aspectos da vida social dos Mancanhas: a cerimónia do ulém", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 13, pp. 59-66.
- Jao, Mamadu (1995), "A questão da etnicidade e a origem étnica dos Mancanhas", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 20, pp. 19-31.
- Lepri, Jean-Pierre (1986), "Contribuição para a análise sociológica da Guiné-Bissau actual", *Soronda, Revista da Estudos Guineenses*, 1.
- Lopes, Carlos (1987), *A Transição Histórica na Guiné-Bissau*, Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Lopes, Carlos (1988), *Para Uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Lisboa e Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Machado, Fernando Luís (1991), *Etnicidade em Portugal — Aproximação ao Caso Guineense, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica — relatório de síntese*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- Machado, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal — nas margens da etnicidade", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 16, pp. 111-134.
- Machado, Fernando Luís (1996), "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", in Ana Benavente (coord.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 171-238.
- Machado, Fernando Luís (1997), "Contornos e especificidades da imigração em Portugal", *Sociologia — Problemas e Práticas*, 24, pp. 9-44.
- Machado, Fernando Luís, e António Firmino da Costa (1998), "Processos de modernidade inacabada — mudanças estruturais e mobilidade social em Portugal (1960-1991)", in *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.
- Mendy, Peter Karibe (1993), "A herança colonial e o desafio da integração", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 16, pp. 3-37.
- Pires, Rui Pena (1993), "Immigration in Portugal: a typology", in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.), *Recent Migration Trends in Europe*, Lisboa, Universidade Aberta e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 179-194.
- Postel-Vinay, André (1992), "Nord-Sud: les fluxes migratoires, une fatalité? La politique française em matière d'immigration", *Futuribles*, 171, pp. 3-35.
- Ribeiro, Carlos Rui (1986), *A Sociedade Crioula na Guiné Portuguesa (1900-1960)*, Lisboa, ISCTE (não publicado).
- Richmond, Anthony H. (1988), "Sociological theories of international migration: the case of refugees", *Current Sociology*, Vol. 36, 2, pp. 7-25.
- Robin, Nelly (1994), "Une nouvelle géographie entre concurrences et redéploiement spatial. Les migrations ouest-africaines au sein de la CEE", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 10 (3), pp. 17-31.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (coord.) (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa Universidade Aberta.
- Saint-Maurice, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas. Cabo-Verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Santos, Mário (1987), "Algumas considerações sobre a nossa situação sociolinguística", *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, 4.
- Sayad, Abdelmalek (1977), "Les trois 'ages' de l'emigration algerienne en France", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 15.
- Skellington, Richard, e Paulette Morris (1992), "Race" in *Britain Today*, Londres, Sage Publications.
- Vuddamalay, Vasoodeven (1989), "Présence indienne en France. Les facettes multiformes d'une immigration invisible", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 5 (3).
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*, Londres e Nova Iorque, Verso.